

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

BRUNO BEATRIZ

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO DA
CORPOREIDADE PARA A CRIANÇA COM SÍNDROME DE
DOWN NA ESCOLA ESPECIAL**

**CURITIBA
2023**

BRUNO BEATRIZ

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO DA
CORPOREIDADE PARA A CRIANÇA COM SÍNDROME DE
DOWN NA ESCOLA ESPECIAL**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Linha de Pesquisa de Políticas Públicas de Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Josélia Schwanka Salomé.

**CURITIBA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

B369 Beatriz, Bruno.

A educação física no desenvolvimento da corporeidade para a criança com Síndrome de Dawn da escola especial / Bruno Beatriz; orientadora Prof.^a. Dra. Josélia Schwanka Salomé.
86f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2023

1. Educação física. 2. Corporeidade. 3. Síndrome de Down.
4. Escola especial. I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação/ Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 372.86

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNO BEATRIZ

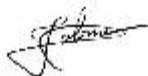
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO DA CORPOREIDADE DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA ESPECIAL

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação pela Comissão Examinadora do Programa de Mestrado em Educação – Linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Curitiba, 3 de maio de 2023.



Professor Doutor Fausto dos Santos Amaral Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação –
Mestrado e Doutorado - Universidade Tuiuti do Paraná



Orientadora Professora Doutora Josélia Schwanka Salomé
Universidade Tuiuti do Paraná



Professor Doutor João Henrique Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)



Professor Doutor Pedro Leão da Costa Neto
Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO

O mote desta dissertação é o estudo da importância da Educação Física no desenvolvimento e aquisição da corporeidade em crianças com síndrome de Down na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial. O interesse pela temática da Educação Especial surgiu da formação do pesquisador durante o curso de Educação Física, avançando durante a especialização em Educação Especial e após entrar em contato com alunos das escolas referidas anteriormente, particularmente as pessoas com síndrome de Down. E neste sentido, a presente pesquisa busca promover reflexões sobre as contribuições voltadas para a construção da formação humana desta camada importante da população procurando problematizar qual a contribuição da Educação Física no desenvolvimento corporal da criança com síndrome de Down? Este trabalho tem como objetivo geral compreender a corporeidade na Educação Física em Escolas de Educação Básica na Modalidade Especial para crianças com síndrome de Down, para a educação especial e como objetivos específicos este trabalho busca discutir a corporeidade na Educação Física na educação básica na modalidade especial; investigar a contribuição do trabalho com Educação Física e síndrome de Down à luz da literatura e das políticas públicas de educação para a escola e discutir a corporeidade para as crianças com Síndrome de Down. Para a metodologia considerando os objetivos elencados, a presente pesquisa terá cunho bibliográfico com análise de documentos. A dissertação está organizada em três capítulos a saber: O primeiro capítulo intitulado a corporeidade nas aulas de educação física, que trata da deste cenário, e o conceito de educação corporal que vem ganhando força e passou a ser amplamente disseminado, denotando o conjunto de práticas corporais que foram produzidas e transformadas com o desenvolvimento da humanidade, o segundo capítulo trazendo para o debate a socialização dos conhecimentos de educação física na educação básica na modalidade especial, desenvolvimento é a socialização entre alunos, pois é na troca de experiências e com a contribuição que todos trazem, bagagem que cada um traz de suas experiências, suas vivências para o ambiente escolar e o terceiro capítulo intitulado a corporeidade do corpo deficiente ao corpo diferente que discute a importância de se promover e desenvolver a corporeidade nas crianças com síndrome de Down e concomitantemente, a Educação Física neste processo de ensino/aprendizagem. Consideramos que, as discussões sobre o aluno da escola de Educação Básica na Modalidade Especial em conhecer os limites e possibilidades do seu corpo, são fundamentais para promover reflexões de como poderíamos auxiliar na construção da formação humana desta importante camada da população no contexto do Paraná.

Palavras-chave: Educação Física; Corporeidade; Síndrome de Down; Escola Especial.

ABSTRACT

The motto of this dissertation is the study of the importance of Physical Education in the development and acquisition of corporeity in children with Down Syndrome in Special Modality Elementary School. The interest in the theme of Special Education arose from the researcher's training during the Physical Education course, advancing during the specialization in Special Education and after coming into contact with students from the aforementioned schools, particularly those with Down Syndrome. And, in this sense, this research seeks to promote reflections on the contributions aimed at building the human formation of this important layer of the population, trying to show what is the contribution of Physical Education in the development of children with Down Syndrome? This work has as general objective to understand the corporeity in Physical Education in Special Modality Elementary School for children with Down Syndrome, for special education and as specific objectives this work seeks to discuss the corporeity in Physical Education in basic education in the Special Modality; to investigate the contribution of work with Physical Education and Down Syndrome in the light of literature and public education policies for schools and to discuss corporeality for children with Down Syndrome. For the methodology, considering the listed objectives, this research will have a bibliographic nature with document analysis. The dissertation is organized into three chapters, namely: the first chapter entitled corporeity in physical education classes, deals with this scenario and the concept of body education that has been gaining strength and has become widely disseminated, denoting the set of body practices that were produced and transformed with the development of human kind; the second chapter brings to the debate the socialization of physical education knowledge in Special Modality Elementary School, where development comes from socialization among students, from the exchange of experiences that everyone brings to the school environment; and the third chapter entitled the corporeality of the disabled body to the different body, which discusses the importance of promoting and developing corporeality in children with Down syndrome and, concomitantly, Physical Education in this teaching/learning process. We consider that the discussions about the student in Special Modality Elementary School, in knowing the limits and possibilities of their body, are fundamental to promote reflections on how we could help in the construction of the human formation of this important layer of the population in the context of Paraná.

Keywords: Physical Education; Corporeity; Down Syndrome; Special Education.

“O desenvolvimento das crianças é resultado de suas interações sociais e condições de vida”
Lev Vygotsky

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Josélia Schwanka Salomé, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou nesta dissertação e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar, sempre me colocando para o alto, me motivando. Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Educação, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos. Agradeço aos funcionários da secretaria Dani e Luci da Universidade Tuiuti do Paraná pela prontidão e agilidade documental necessária, também a todos os professores com quem tive aulas e em especial aos professores que fizeram parte da minha banca, Pedro Leão da Costa Neto e Joao Henrique Silva com quem aprendi muito. E por fim, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram.

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério de Educação e Cultura

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

PSEL- Plano Setorial de Educação e Cultura

PP- Projeto Prioritário

GT- Grupo do Trabalho

SESPE- Secretaria de Educação Especial

PNEE- Plano Nacional de Educação Especial

CORDE- Coordenadoria Nacional para a Pessoas Portadora de Deficiência

CF- Constituição Federal

CONADE- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LDBEN- Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional

ONU- Organizações das Nações Unidas

TGD- Transtorno Geral do Desenvolvimento

CNE- Conselho Nacional de Educação

CEE- Conselho Estadual de Educação

EJA- Educação de Jovens e Adultos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. produzindo práticas.....	20
Figura 2. relação entre corpos.....	36
Figura 3. relação com os materiais.....	45
Figura 4. relação com os materiais.....	46
Figura 5. estimulação.....	48
Figura 6. resultado da estimulação.....	49
Figura 7. ser o corpo.....	73
Figura 8. identidade social.....	76

SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
AGRADECIMENTO	v
EPÍGRAFE	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
LISTA DE FIGURAS	vii
INTRODUÇÃO	15
1. A CORPOREIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	26
1.1 SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL – DIREITOS DA PESSOA COM DOWN	31
1.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL	36
2. A SOCIALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL	49
2.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO VOLTADA AS ESCOLAS NO ÂMBITO PARANAENSE.....	59
3. CORPOREIDADE - DO CORPO DEFICIENTE AO CORPO DIFERENTE	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática da Educação Especial surgiu da formação do pesquisador durante a graduação em Educação Física que se estendeu pela especialização em Educação Especial e diante da experiência nesta seara de conhecimento e atuação iniciada nos anos de 1999, onde naquele momento da vida já crescia o interesse em trabalhar com essa população pelas inquietudes que rondavam o assunto.

O interesse foi aumentado na medida que a carreira progredia, cursos, congressos e fóruns de discussão como aluno egresso da universidade, sempre na área de educação, voltada mais especificamente, para a educação especial, já estava trabalhando em uma escola especial desde 2003 quando o envolvimento foi ganhando destaque na vida profissional, prestado outro concurso, para a educação da cidade de Curitiba foram mais 20 horas em principio na educação regular e logo em seguida transferido para a educação especial a qual perdura até o momento onde me divido em duas escolas de educação básica na modalidade especial uma do município de Curitiba e outra do estado do Paraná.

A busca por uma compreensão e um entendimento maior e de forma mais profunda o interesse vai se multiplicando a partir das demandas diárias do dia-dia no chão de escola e sentindo necessidade de galgar um maior aprofundamento, mais uma especialização, o caminho a ser trilhado será o de nível de *stricto sensu* e desde o iniciado o mestrado estou me aprofundando cada vez mais e verdadeiramente colocando em pratica os conhecimentos adquiridos durante as aulas e as pesquisas, almejando em um futuro próximo um aprofundamento ainda maior nas relações e pesquisas a partir do doutorado em educação.

A educação especial move o interesse desta pesquisa sobre as contribuições das aulas de Educação Física no desenvolvimento da corporeidade em crianças com síndrome de Down, juntamente com aproximações sobre as políticas públicas de educação, e promovendo reflexões

acerca das contribuições na construção da formação humana desta importante camada da população.

As discussões em torno desta temática, levaram o pesquisador a se aprofundar no assunto visando uma melhor qualificação profissional, auxiliando, assim, nos debates teóricos acerca das práticas profissionais dos professores de Educação Física que atuam em escolas especiais. Neste sentido, esta dissertação objetiva trazer as contribuições da Educação Física no desenvolvimento da educação corporal para o aluno com síndrome de Down na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial no contexto do Estado do Paraná.

O interesse pela temática da Educação Especial surgiu da formação do pesquisador durante o curso de Educação Física avançando para especialização em Educação Especial, além da experiência neste campo de atuação iniciada nos anos de 1999. A educação especial move o interesse desta pesquisa sobre as contribuições da Educação Física no desenvolvimento da corporeidade em alunos com síndrome de Down, promovendo reflexões acerca das contribuições na construção da formação humana dos alunos.

Consideramos que, as discussões sobre o aluno da escola de educação básica na modalidade especial em conhecer os limites e as possibilidades do seu corpo, são elementos fundamentais para promover reflexões de como poderíamos contribuir para a formação humana nas escolas de educação especial tratadas neste trabalho.

Segundo dados do IBGE¹, de acordo com o último censo publicado no ano de 2010, são 45 milhões de pessoas com alguma deficiência intelectual e cerca de 300 mil tem Síndrome de Down. Os dados do Ministério da Educação

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE - pesquisado dia 10/05/2021 as 11:47, site www.ibge.com.br . O último censo realizado pelo instituto foi realizado no ano de 2010 e o próximo está em andamento desde meados de 2022, atrasado em dois anos em decorrência da Pandemia de COVID-19 e do corte de verbas previstas para a operação.

e Cultura (MEC ²) corroboram com estas informações. Optou-se por utilizar o dado correto nesta dissertação do ano de 2010, pois está em processo de finalização o censo de 2020 que está sendo realizado no ano de 2023 onde somente temos findada uma amostra e não o resultado final da pesquisa.

A relevância destas reflexões aponta para a necessidade de se discutir e promover a Educação Física como um dos fundamentos para as práticas nas escolas, as quais contribuirão para o aumento de vivências e o enriquecimento do vocabulário de movimentos para que se construa uma consciência corporal. O conhecimento das possibilidades e limitações do corpo irão construir a educação corporal/corporeidade do aluno, sendo assim um diferencial para a formação humana de pessoas com síndrome de Down.

O interesse por esta modalidade de Educação e diante da experiência deste pesquisador, de 20 anos nesta área, configuram a inquietude que move o interesse por desenvolver esta pesquisa. A importância da Educação Física que, além dos benefícios físicos trazidos com a atividade física, está centrada em contribuir para a construção do desenvolvimento humano na sua totalidade.

Para circunscrever o objeto de análise desta pesquisa fez-se o levantamento em bancos de teses e dissertações de diferentes universidades como o das, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Sergipe e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

Neste levantamento foram encontrados, a partir das palavras-chave: “Educação Especial” + “Síndrome de Down” + “Educação Física” tivemos 56

² Em 1998, cerca de 200 mil crianças que necessitavam de educação especial estavam matriculadas nas classes comuns da educação básica. Em 2014, elas já eram quase 700 mil, distribuídas em 80% das mais de 145 mil escolas em todo o país. O número de alunos da escola da educação especial ultrapassou a barreira de 1 milhão em 2017 e em 2018 chegou a 1.180 milhões registrando um crescimento de quase 11% em apenas um ano. A maior parte, pouco mais de 992 mil, estuda em escolas públicas do ensino regular. Por Patrícia Neves Raposo Diretora de Educação Especial do MEC. Site: www.gov.br pesquisado dia 26/09/2021 as 16:59

³ O último censo realizado pelo instituto foi realizado no ano de 2010 e o próximo acontecendo em 2023, atrasado em três anos em decorrência da Pandemia de COVID-19 e do corte de verbas previstas para a operação.

teses e dissertações e como exemplo temos, A Trajetória Escolar de um Estudante com Síndrome de Down na Educação Básica, os Suportes Escolares e a Possibilidade de Ingresso na Educação Superior, na qual evidenciou-se ainda um olhar para ações de promoção de formação continuada dos docentes voltadas para a educação inclusiva, para atender de forma mais efetiva esse alunado com deficiência no âmbito da sala de aula comum. Apuraram-se indícios em relação aos quais se recomendam outros estudos, principalmente no que concerne ao acesso e permanência do aluno com Síndrome de Down na Educação Superior.

Com os termos “Educação Corporal” + Educação Especial” + “Síndrome de Down” + Educação Física” tivemos 33 teses e dissertações onde uma dissertação relevante busca, por meio dos seus estudos científicos, de cunho inicial, responder as problemáticas significativas do trabalho pedagógico, da produção do conhecimento, da formação de professores e da política pública no campo da educação, educação física, esporte e lazer. Partimos do questionamento sobre a base teórico-conceitual na qual estas proposições se baseiam, ao sugerirem a utilização dos artefatos tecnológicos no trabalho pedagógico no interior da educação física escolar. Nesses termos, o nosso trabalho assume como opção epistemológica a tradição do pensamento marxista, apoiando-se no materialismo histórico e dialético como teoria e método de análise da sociedade, enquanto projeto histórico e a defesa da sociedade da humanidade.

Com as palavras, “Educação Corporal” + “Síndrome de Down” + “Educação Física” tivemos 24 teses a qual exemplificamos aqui como o trabalho analisa aspectos da família da criança com síndrome de Down, enfocando o desenvolvimento cognitivo da criança nesse contexto familiar. Enfatiza a necessidade de um trabalho de apoio e intervenção na família, o que poderá refletir na melhora do desenvolvimento cognitivo da criança com síndrome de Down, desde o início do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio dentro do contexto social em que vive. Enfatiza a importância dos processos de aprendizado, que, segundo ele, desde o nascimento, estão relacionados ao desenvolvimento da criança. O desenvolvimento, em parte, é definido pelo processo de maturação do

organismo, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento, que ocorrem no contato direto do indivíduo com o ambiente que o cerca, o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam.

Quanto ao referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa temos: Jorge Sérgio Perez Gallardo (1998), Marcia Mari Gresoan (2008), Vera Teresa Valdemarin (2004), Dermeval Saviani (2021), Mario Gomes de Mattos (2007), Gilberta de Martino Jannuzzi (2012), Marcos Garcia Neira (2007), Le Bolch (1998), David L. Gallahue (2016), dentre outros.

Esta pesquisa buscou nos documentos normativos da educação, a aproximação das questões aliadas a educação corporal e alunos com deficiência. Documentos como a Lei de Diretrizes de Base da Educação, LDB Nº 9394/96, Declaração de Salamanca e Base Nacional Comum Curricular - BNCC foram objeto desta análise.

No referencial teórico será abordada a concepção de educação na qual faz-se necessário o entendimento da aprendizagem e de como este ensino pode ser voltado a produzir o saber, de forma que os alunos, ao participarem deste processo consigam, a partir dos conteúdos trabalhados, transformar o meio onde vivem em um local com igualdade de oportunidades.

Neste sentido, compreende-se que a função social da escola é a de propiciar a aquisição dos saberes sistematizados que possibilitarão uma melhor compreensão do seu papel nesta sociedade e com isso a construção da corporeidade do aluno.

A esse respeito, temos em Saviani, que:

Para a educação histórico crítica, a educação é o ato e reproduzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens e é possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana (SAVIANI, 2021, p. 30).

Esta ação é discutida pelo autor quando trata do contraponto da Pedagogia Histórico-Crítica acima citada, ao modelo conteudista de ensino

onde se tem o repasse de conteúdos muitas das vezes sem uma contextualização e sem base para que o estudante se desenvolva.

Desta maneira, esta dissertação trata da necessidade de o aluno ter o acesso ao conhecimento sistematizado e sua compreensão, como instrumento, de reflexão e transformação da sociedade.

Esta concepção histórico dialética/crítica³ de educação preza pela centralidade do homem que está em processo de aprendizagem, as experiências pessoais dos alunos são ressignificadas diante dos conteúdos do currículo escolar onde, não só se parte do meio externo, mas sim do conhecimento já existente do aluno possibilitando assim, o trabalho voltado ao ensino/aprendizagem.

Ao abordar a Educação Física dentro desta concepção, temos que as atividades físicas são importantes em todos os segmentos, pois promovem o desenvolvimento integral do ser humano, a vida saudável, a socialização e a estimulação da aquisição de diversos movimentos.

Durante as aulas de Educação Física os estudantes participam das mais variadas experiências corporais para as quais são desafiados.

Baseado na perspectiva dos estágios do conhecimento humano de Piaget demonstrando um contraponto da visão de Vygotsky, nosso objeto de estudo está inserido no estágio de desenvolvimento, o estágio operatório concreto, apontando a ideia na sequência descrita na citação de GRES PAN (2008).

[...]seu livro da psicologia do desenvolvimento dividiu os estágios de Piaget, como segue o 3º estágio- operatório-concreto de (7 a 11 anos) caracteriza-se por um tipo de “pensamento que demonstra que a criança já possui uma organização assimilativa rica e integrada funcional em equilíbrio com um mecanismo de acomodação”. A criança é capaz de construir um pensamento compatível ao seu meio social (GRES PAN, 2008, p. 45).

³ Entendidas em sentido amplo, as expressões “pedagogia nova” “pedagogia da existência” equivalem-se. Isto porque ambas são tributárias daquilo que poderíamos chamar de concepção humanista moderna de Filosofia da Educação”. Tal concepção centra-se na vida, na existência, na atividade, por oposição à concepção tradicional que se centrava no intelecto, na essência, no conhecimento. Nesta acepção, estamos nos referindo a um amplo movimento filosófico que abrange correntes tais como o pragmatismo, o vitalismo, o historicismo, o existencialismo, e a fenomenologia, com importantes repercussões no campo educacional. Obviamente, assim como não se ignora a diversidade de correntes filosóficas, também não se perde de vista a existência de diferentes nuances pedagógicas no bojo do que denominamos “concepção ‘humanista’ moderna de filosofia da educação”. (SAVIANI, 2021, p. 49).

Ao passo que, podemos dizer que a Educação Física constitui um espaço e é uma disciplina que integra o aluno corporalmente, para produzir o movimento, reproduzir e transformar este movimento em conhecimento, de modo a se apropriar de um saber que pode ser obtido com a prática da atividade física escolar e reproduzido fora do ambiente escolar e em um ambiente de educação não formal, ao passo que durante as aulas de Educação Física, podem ser explorados movimentos, por exemplo, que estimulem as vivências de lateralidade visando a identificação do lado predominante do estudante.

Imbuídas nas abordagens da psicomotricidade e desenvolvimentistas onde as atividades como: jogos, esportes, lutas, ginásticas, danças propõem ao estudante estar em meios sociais e coletivos. Vão se desenvolver aqui as valências que identificaremos tão importantes para o desenvolvimento global e aquisição dos saberes, de maneira inconsciente por parte dos alunos, se construirá este conhecimento, que é de grande importância, para seu desenvolvimento. A interação ocorre por meio do convívio social no qual os alunos podem se identificar como pessoas, dando significação aos conceitos que os constituirão como sujeitos/pessoas. Neste momento é possível saber as limitações particulares que, para Vygotsky, formarão conceitos necessários para a compreensão das possibilidades e limitações dos movimentos.

Para Vygotsky, “O saber que não vem da experiência não é realmente saber” (VYGOTSKY, 1984), ou seja, não há aprendizado sem interação entre pessoas.

E neste sentido de interação que o autor está se referindo,

[...]trata de proporcionar atividades, que na educação física dizem respeito as atividades feitas em duplas, trios e principalmente em grupo para que haja esta interação onde poderemos construir e sistematizar os conhecimentos escolares. (VYGOTSKY, 1984).

Dando sequência nesta abordagem e levando em consideração o homem e seu desenvolvimento integral, a Educação Física desenvolve diversas competências e habilidades sociais, psicológicas, motoras, cognitivas

e juntamente com as habilidades de raciocínio, planejamento, memória, compreensão nas situações de resolução de problemas e estratégias.

A isso, Mattos e Neira (2008) argumentam:

Sempre que possível, as atividades propostas pelos professores de educação física devem constituir-se em ricas oportunidades de experimentação e vivência, isto é, deve-se evitar a todo custo as atividades que solicitem a repetição de padrões ou uma só alternativa para a execução de movimentos e enfim ao serem solicitados sempre os mesmos movimentos, a experiência tenderá a ser limitada, impossibilitando as construções motrizes variadas. (MATTOS E NEIRA, 2008, p. 46).

Para estas atividades podemos dar o exemplo dos circuitos psicomotores onde o professor altera a disposição dos elementos que compõem o circuito de atividades tendo como composto os elementos como: arco, cone, corda, dentre outros. O professor pode, então, solicitar ao aluno que explore algumas vezes aquela atividade de forma orientada com relação ao início e o final dos circuitos, ou a cada uma ou duas vezes que o aluno explorar, modificar o layout (formato) do dito circuito. Esta prática poderá ser enriquecida dando-lhes outras possibilidades de executar a atividade e por sua vez, proporcionar-lhes um maior número de experiências que enriquecerão o seu repertório de movimentos.

No entanto, nas crianças com síndrome de Down é fundamental proporcionar diversas atividades no sentido físico e social, não levando em consideração as suas características físicas, fazendo com que os estímulos anteriores e os aspectos relevantes destas crianças contribuam da melhor maneira nesta construção corporal. Crianças com síndrome de Down apresentam hipotonia⁴ muscular o que reflete em uma menor aptidão motora.

A hipotonia se manifesta durante todo seu desenvolvimento e tem uma certa relação com problemas cardíacos isso é frequente devido as malformações que ocorrem, A hipotonia muscular é um dos sintomas mais generalizados em crianças com síndrome de Down. A

⁴ O termo Hipotonia Muscular refere-se a uma diminuição do tônus muscular, sendo considerado na grande maioria dos casos um sintoma de disfunção neurológica é um estado de tensão constante a que está submetido os músculos em repouso. É a resistência só musculo ao estiramento. <http://residenciapediatrica.com.br>

diminuição do tônus muscular afeta mais as extremidades inferiores que as superiores e melhora com a idade. (GONZALES, 2007, p. 91).

..

A capacidade de força das crianças com síndrome de Down pode ser ampliada como a de qualquer criança sem síndrome de Down, ao passo que, para a criança com síndrome de Down é necessário o trabalho de estimulação desde pequenas, fato este que será determinante para os avanços no desenvolvimento humano e na educação corporal do aluno.

E sob este aspecto trazemos Gonzalez (2007),

A capacidade motora dessas crianças pode ser ampliada mediante a estimulação, há grandes variações nesse setor, pois existem crianças que foram muito motivadas desde que nasceram e seus avanços são importantes (GONZALES, 2007, p. 91).

Em sua cognição, as crianças com síndrome de Down têm dificuldade no processamento de informação e principalmente em processos sequenciais, no entanto com a resolução de questões manipulativas e visual tem melhores condições do que de forma verbal, abstrata ou auditiva.

Com estas informações, o professor pode proporcionar atividades e promover o reforço a fim de que haja a compreensão destas atividades durante as aulas de Educação Física, valorizando o aspecto visual do movimento, em demonstrações práticas, em detrimento a apenas a explicação verbal, promovendo assim, uma efetiva educação corporal onde o estudante tentará replicar o movimento.

Sem viver concretamente, corporalmente, as relações espaciais e temporais de que a cultura infantil é repleta, fica difícil falar em educação concreta, em conhecimento significativo, em formação para a autonomia, em democracia e assim por diante" (FREIRE, 1989, p.14).

Assim desta forma podemos observar que as vivências promovidas durante as aulas de Educação Física vão colaborar de forma ostensiva na educação corporal das pessoas em geral e particularmente das pessoas com síndrome de Down. E podemos afirmar que as aulas de Educação Física corroboram para com as atividades desenvolvidas nas disciplinas de sala de aula.

Igualmente, no âmbito das políticas para a Educação Especial na Educação Física as discussões estão centradas, nas políticas de concepção de movimento humano de modo ser possível assegurar aos alunos a construção e reconstrução de um determinado conjunto de conhecimentos que permeiam a questão do desenvolvimento a corporeidade e ampliando sua consciência a respeito do movimento, dos recursos, para o cuidado de si e dos colegas e assim desenvolver a autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação e forma confiante e autoral na sociedade atingindo a emancipação.

Diante do aqui exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a corporeidade na Educação Física em Escolas de Educação Básica na Modalidade Especial para crianças com síndrome de Down na educação especial no estado do Paraná.

Como objetivos específicos este trabalho busca discutir a corporeidade na Educação Física na educação básica na modalidade especial; investigar o trabalho da Educação Física e síndrome de Down a partir das políticas para a escola de educação básica na modalidade especial e discutir a educação corporal e a corporeidade para as crianças com Síndrome de Down.

Para a metodologia, considerando os objetivos elencados, a presente pesquisa terá cunho bibliográfico com análise de documentos. Os estudos partirão de autores que abordam o objeto de análise em uma perspectiva crítica da concepção de mundo, sociedade e educação. Esta análise será, também, o enfoque na investigação dos documentos que serão estudados para esta pesquisa onde os documentos das políticas educacionais elencados até o momento, tratam da educação básica na modalidade especial. e mais especificamente, com crianças com síndrome de Down.

Será tratado no primeiro capítulo a educação corporal nas aulas de Educação Física na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial, tendo como subcapítulos a síndrome de Down na educação básica na modalidade especial e os direitos da pessoa com Síndrome de Down, contribuindo como subcapítulo a educação física na educação básica na modalidade especial e findando este elemento, discutiremos sobre a importância do movimento no

desenvolvimento humano dos alunos com Síndrome de Down na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial.

No segundo capítulo abordaremos a socialização dos conhecimentos da Educação Física na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial. E nesta parte estudaremos sobre a Educação Física escolar onde trataremos do processo de ensino/aprendizagem por meio de vivências adquiridas por meio das referidas aulas, onde propomos que os alunos reflitam sobre como estas práticas se relacionam no seu cotidiano, quais são os seus impactos na transformação histórica, pensaremos também sobre os valores envolvidos, questões políticas e culturais sobre a expectativa de que o aprendizado das práticas corporais realiza no corpo e no mundo.

No terceiro capítulo trataremos sobre a corporeidade, o mote deste capítulo, versará sobre os conhecimentos assimilados e que passaram pelo processo de desenvolvimento da Educação Física e tem como objetivo principal dar função e tornar corpos ativos, pensantes e que se manifestarão em proveito do desenvolvimento humano e finalizaremos com as políticas públicas de educação envolvidas neste no contexto em que finalizaremos o trabalho com as considerações finais.

1. A CORPOREIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Historicamente a Educação Física passou por mudanças significativas, e com o passar dos anos foi se transformando, juntamente com questionamentos quanto ao seu papel dentro da escola, colocando em dúvida sua condição de área do conhecimento, nesta seara, o conjunto de propostas e abordagens teóricas que dominaram o cenário da Educação Física ao longo do tempo.

A Educação Física proporcionou, com o passar dos anos, alguns movimentos que ajudaram a construir o que ela é neste início do século XXI. Movimentos estes que atribuíram maior significado à disciplina transpondo visões reducionistas que muitas vezes a colocavam na condição de atividade de espaço de não de aprendizagem.

A educação física, ao longo da história tem sido uma disciplina que no interior da escola se responsabiliza pela sistematização de um conteúdo específico, tematizando saberes relacionados às práticas corporais, mais diretamente associadas às manifestações ligadas às aptidões físicas como jogos, esporte, ginástica e luta. Vale lembrar que perdeu força a ideia de dualidade entre corpo e mente, em que se cuidava, prioritariamente, do primeiro. A educação física nas escolas não pode estar a serviço do esporte de rendimento, em busca de selecionar os melhores em detrimento dos menos habilidosos, provocando a exclusão. Esse papel ficaria aos clubes que têm como foco principal o sucesso desportivo. Não deve também se ater somente a projetos mantenedores da saúde física e mental dos alunos, embora isso possa ser uma consequência do trabalho desenvolvido. Enfim, a educação física deve se livrar de velhos dogmas e assumir o seu papel diante do ambiente escolar, protagonizando o processo educativo e não mais como coadjuvante. (BERTINI JÚNIOR; TASSONI, 2013, p. 03).

Neste cenário, o conceito de educação corporal ganhou força e passou a ser amplamente disseminado, denotando o conjunto de práticas corporais que foram produzidas e transformadas com o desenvolvimento da humanidade. E a partir das experimentações é que conseguimos conhecer o mundo e nos relacionar para com ele, pelas relações entre pessoas pelos objetos utilizados para as vivências, vamos construindo a corporeidade em busca do desenvolvimento humano e auxiliando as próximas gerações de pessoas que ainda não de vir.

Figura 1 - Produzindo práticas



Retirada do site www.google.com.br, de domínio público

Sobre o conceito de educação corporal, temos em Santin (1987) que nos mostra que:

[...] o movimento humano é um tipo de linguagem, uma presença falante mesmo que silenciosa, constrói uma linguagem que se torna necessário ouvir para compreender. Podemos observar, ver para entender, é assim que o corpo pode se comunicar com o outro. O homem é movimento; o movimento que se torna gesto, o gesto que fala, que instaura a presença expressiva, comunicatória e criadora (SANTIN, 1987, p. 22).

Diante disso, são considerados conceitos de Educação Física, linguagem corporal, educação corporal ou corporeidade, signos e sentidos, denotações, conotações, gramáticas, textos, interlocução, significação e dialogismo e em princípio linguagem corporal onde se escreve que o corpo possui gestos aos quais funcionam como meio de expressão e comunicação.

Nesse sentido, a Educação Física, após o ano de 2002 passou a instrumentalizar os estudantes para usufruir desses fenômenos de maneira a estar em um contexto e de forma autônoma (BRASIL, 1997). Dividindo a área da Educação Física em dois: temos neste contexto uma Educação Física que trabalhará com as escolas e em locais referentes a educação formal relacionando sempre aos conceitos de ensino/aprendizagem e a outra que tratará somente com questões de atividade física e demais situações relacionadas a saúde.

Nesta dissertação, os estudos relacionados à Educação Física escolar foram tratados entendendo o processo de ensino/aprendizagem por meio de vivências, onde os alunos refletem sobre como estas práticas, se relacionam socialmente, considerando os seus impactos e transformação histórica, valores envolvidos, questões políticas e culturais, entendendo o aprendizado das práticas corporais seja realizado considerando uma visão integral de corpo e de mundo.

A esse respeito, Mataruna (2004) afirma:

Em um universo onde a noção do corpo está no centro do sentimento de mais ou menos disponibilidade e adaptação que temos de nosso corpo e está no centro da relação entre o vivido e o universo. É nosso espelho afetivo-somático ante uma imagem de nós mesmos, do outro e dos objetos, o corpo para o aluno irá representar um mundo real e imaginário que para o autor este corpo é o centro, o seu referencial de si mesmo, para o espaço que ocupa e na relação com o outro. (MATARUNA, 2004. p. 71).

Partindo destes pressupostos a Educação Física trata das vivências corporais presentes do movimento e que, por sua vez, se apresentam como textos culturais, permitindo produção, reprodução e interpretação. Como exemplo temos os gestos que constituem a linguagem corporal que possuímos. Esses gestos são responsáveis pela expressão dos desejos, emoções e pela emissão e tradução de mensagens diversas.

Isto posto, cabe considerar os códigos e signos que são estabelecidos na sociedade, ou seja, a linguagem corporal, pois o corpo executa movimentos e gestos que agem como meio de expressão e comunicação, a fim de desempenhar na ampliação do “vocabulário” de movimentos corporais dos alunos. Este vocabulário pode ser caracterizado como o conjunto de gestos,

expressões faciais, olhares, posturas dentre outros movimentos conscientes ou não, sutis ou explícitos, que transmitem informações relevantes em um diálogo sem palavras.

Por meio das danças, jogos, brincadeiras, lutas, esportes e ginástica a ampliação do vocabulário corporal vai depender diretamente da oferta de novos movimentos e vivências proporcionadas durante as aulas de Educação Física.

Cabendo ressaltar a importância da formação, criativa e participativa dos estudantes que possibilite a eles práticas corporais voltadas a reflexão, questionamento e debate sobre as práticas desenvolvidas durante as aulas Educação Física. Também durante as aulas de Educação Física são exploradas segundo a BNCC:

[...] as dimensões do conhecimento, que tratam dos significados que permeiam as práticas corporais e ampliam nas possibilidades de aprendizado por meio de uma formação contextualizada e temos como as dimensões de abordagem da Educação Física aqui expostas como: experimentação, fruição, análise, compreensão, construção de valores, isso e apropriação, reflexão sobre a ação e protagonismo comunitário. (BRASIL 2018).

A experimentação se refere as vivências com as práticas corporais, isto é, aos conhecimentos alcançados por meio das experiências ativas. Temos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades de educação básica.

Dentre várias contribuições do documento temos aqui a experimentação que é a dimensão que valoriza os conhecimentos e só pode ser acessada pela vivência da linguagem corporal. A experimentação na prática que precisa fazer sentido para o sujeito, trazendo sensações positivas (BRASIL, 2018, p. 216). Já a fruição diz respeito ao desfrutar dos saberes atrelados a essas experiências em que nos traz a BNCC que essa dimensão envolve conhecimentos que contribuam para os alunos possam realizar a apreciação estética e sensível das experiências corporais que são tematizadas no currículo escolar (BRASIL, 2018 p. 216, 217). As dimensões de análise e compreensão estão associadas aos saberes conceituais, de forma que a primeira está diretamente ligada aos

processos de entendimento das características intrínsecas (lógica interna) das práticas corporais e a segunda, à interpretação dessas práticas e seus desdobramentos no contexto sociocultural (lógica externa).

A BNCC envolve o acesso a conceitos sobre as experiências corporais, conhecimentos que contribuem para a análise dos sentidos associados as práticas, acesso aos conhecimentos científicos que as embasam (BRASIL, 2018, p. 217).

Já na construção de valores refere-se às discussões que viabilizam a aprendizagem de valores considerando a formação de um cidadão crítico a partir das práticas corporais. E a BNCC nos mostra que o conhecimento que permite o estudante refletir sobre os valores veiculados e experimentados nas práticas corporais e seu enquadramento nas práticas corporais e seu enquadramento nos valores da sociedade democrática; respeito as diferenças e combate aos preconceitos e estereótipos presentes nas práticas corporais (BRASIL, 2018, p. 218).

No uso da apropriação, está associada à experiência, no entanto, há a exaltação da autonomia que os estudantes precisam desenvolver para usufruir das práticas corporais para além do espaço das aulas. Sob esse aspecto a BNCC corrobora envolvendo conhecimentos advindos do saber fazer que permitem a construção da autonomia na utilização de práticas que agregam a capacidade de ajustar a experiência corporal a contextos nas atividades de lazer (BRASIL, 2018, p. 216).

Assim, as reflexões sobre as ações que se vinculem ao processo reflexivo intencionam sobre as vivências corporais, por meio da disseminação e apropriação das práticas corporais, os conhecimentos delineados pela BNCC foram priorizados nas atividades propostas, a fim de atribuir significados concretos e possibilidades didáticas às orientações do documento. E onde envolve o acesso dos alunos e análise das vivências corporais, envolve resolver desafios peculiares a prática realizada por meio de reflexões sobre como fazer (BRASIL, 2018, p. 217).

Para a Educação Física, a BNCC aborda a expressão dos estudantes por meio das práticas corporais, que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas essenciais para a educação básica, configurando-

se assim, um dos componentes curriculares e uma das competências essenciais para o ensino fundamental.

E segundo a BNCC:

[...]a educação física possibilita o enriquecimento das experiências das crianças, jovens e adultos, por meio do acesso a um vasto universo cultural, pautado com saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas. (BRASIL, 2017, p. 209).

Durante as aulas de Educação Física na escola são os momentos em que as crianças têm a possibilidade de extravasar a amplitude de seus movimentos e tem como grande objetivo da disciplina de Educação Física a organização da motricidade da criança, e por meio de um programa educacional que atenda seus interesses, buscando a harmonia entre as necessidades individuais e do grupo.

Recorrendo as atividades lúdicas, desenvolvendo a consciência corporal, de espaço e tempo, por ser, de modo geral, executada em um ambiente externo ou em espaços com liberdade para se manifestar de acordo e em conformidade com o planejamento do professor, e geralmente com seus pares o que auxilia no desenvolvimento humano dos sujeitos.

Ficando evidenciado que o processo de aprendizagem ocorre em decorrência de interações sucessivas entre as pessoas, a partir de uma relação entre semelhantes.

Portanto, por meio dos outros indivíduos que adquirimos novas formas de pensar e de agir e dessa forma apropria-se e constrói novos conhecimentos, assim a importância estabelecida nos alunos onde a cultura da corporeidade é estabelecida desde muito cedo, no entanto a prática oferecida nas escolas vem ao encontro a Educação Física no processo desta formação, pois o corpo e o instrumento de recebimento e emanção de todas as experiências captadas ao longo da vida.

1.1. SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL E OS DIREITOS DA PESSOA COM DOWN

Nesta dissertação, tratamos de alunos com síndrome de Down, da escola de educação básica na modalidade especial e a importância da corporeidade na formação humana.

E segundo a Lei nº. 7853 que foi pioneira para a promoção social. A mesma

assegura, entre outras medidas, a inserção no sistema educacional, a oferta obrigatória e gratuita de educação especial, o incentivo de programas preventivos na área da saúde e de ação que visem a introdução no mercado de trabalho. (BRASIL, 1989)

No ano de 1999 foi atualizado o decreto nº 3.298 de dezembro de 1999 que propõe a revogação da lei citada acima utilizada aqui como base de pesquisa que regulamenta a lei nº 7853/89 de 24 de outubro de 1989, dispendo sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção. No artigo 2º do decreto nº 3.298 onde

considera pessoas com deficiência aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física e mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 1999)

E diante deste embasamento que assegura o direito da pessoa com deficiência, incluídas as pessoas com síndrome de Down, acesso à educação sistematizada, na escola, e por sua vez cursar as aulas de Educação Física como os demais componentes curriculares. Salientamos que, a ênfase dada à corporeidade durante as atividades desenvolvidas nas aulas, podem trazer benefícios para a formação humana dos alunos.

Iremos abordar durante este capítulo, documentos que fizeram parte da construção da educação e vão nos auxiliar no entendimento de como foi a transformação e o desenvolvimento da educação especial em diferentes contextos como no âmbito nacional e internacional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) o primeiro, e talvez o mais importante, acontecimento da história no campo dos direitos do ser humano foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 10 de dezembro de 1948. Foi um norteador para as decisões tomadas pela comunidade internacional.

A Convenção sobre os direitos da criança adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais, direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais de todas as crianças, que serviram como ponto inicial de mudanças e que a partir deste momento apontaram seus olhares mais atenciosos para as crianças.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), quarenta anos depois que as nações do mundo afirmaram, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que toda pessoa tem direito à educação, ainda na década de 1990, mais de 100 milhões de crianças não tinham acesso ao ensino primário.

Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade (1994) Essa conferência foi outro acontecimento importante no cenário internacional e aconteceu em Salamanca, Espanha e por meio de um documento denominado Declaração de Salamanca, firmam o compromisso com a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais.

A convenção de Guatemala (1999) onde o acordo foi na eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, e tivemos a promulgação no Brasil, por meio do Decreto n. 3.956/2001.

Carta do Terceiro Milênio (1999), tem-se a determinação de que os direitos humanos de cada pessoa, em qualquer sociedade, devem ser reconhecidos e protegidos.

Diante destas fases no desenvolvimento da educação especial mundial temos a abordagem nacional que fundamenta o conceito de como foi tratado este assunto nos diferentes governos.

Iniciamos a partir do governo de Emilio Garrastazu Médici, compreendido entre os anos de 1969 a 1974, é criado CENESP, por causa do Projeto Prioritário (PP) número 35 do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC), 1972-1974. O PP de número 35 foi criado em 1972, junto o número 34, “para a melhoria do ensino de ciências para 1º e 2º graus” (MEC/SG/PAMPLONA, 1973 apud JANNUZZI, 2012, p.123).

Na execução dos Projetos Prioritários foi designado um Grupo de Trabalho (GT) composto de pessoas vinculadas à área tanto em esfera nacional como assessores internacionais, que tinha como finalidade o crescimento de benefícios aos deficientes, sendo, também, o primeiro órgão responsável, no governo federal, pela Educação Especial (BRASIL, 1973).

No governo Sarney (1985-1990), mais precisamente no ano de 1986, por meio do decreto número 93.613, o CENESP transforma-se em Secretaria de Educação (SESPE).

Segundo Januzzi (2012),

[...]relata que havia oscilações na modalidade de educação especial; ora dando destaque nas especificidades desses alunos, a ponto de sugerir a um órgão para essa gestão, este poderia sugerir até um paralelo de ensino, com pessoas habilitadas a trabalhar na área, propondo um plano Nacional de Educação Especial (PNEE); ora consideram os deficientes como integrantes da escola regular, comum, portanto, mantendo o ensino especial na mesma administração da Secretaria do ensino de 1º e 2º graus. O PNEE afirmava que essa educação diferenciava da regular somente nas técnicas e métodos de ensino. (JANUZZI, 2012, p. 76).

Em 1986, é instaurado junto ao Governo federal que, junto com a criação do Plano de Ações Conjunta para a Integração do Deficiente foi criada a Coordenaria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

Januzzi nos esclarece:

Enquanto o CENESP teve mudanças sempre ligadas ao MEC, que também afirmará a não efetuação da integração necessária até que a Educação Especial se concretizasse. A CORDE com objetivos diferenciados se vinculou ao Ministério da Justiça. Diferente do CENESP, a CORDE busca uma nova tentativa de redemocratização nacional, tendo também uma maior participação dos deficientes (JANUZZI, 2012, p. 76).

Dois anos depois, em 1988, a Constituição Federal Brasileira (CF/88) determinou os direitos educacionais como sendo dever público e direito de todos. Com a finalidade democratizar a educação do nosso país para a educação de pessoas deficientes, o artigo. 208 inciso III assegurou que a educação para esse alunado deveria ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino e que esse atendimento fosse especializado. A CF/88

reconheceu que é dever do Estado, promover a educação do deficiente e que essa se dará de preferência no ensino regular.

Encontramos em Jannuzzi:

No governo de Fernando Henrique (1995-2002), o decreto número 3.076 de 01 de junho de 1999, instituiu a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), órgão superior de deliberação criado no âmbito do Ministério da Justiça, que tem como objetivo aprovar o plano anual da CORDE e também acompanhou a execução dos projetos da administração pública responsáveis pela Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (JANNUZZI, 2012, p. 76, 77).

Na Declaração de Salamanca, desde que institui a participação de alunos com necessidades educativas especiais em salas de ensino comum, foi considerada a maneira mais democrática.

O documento prevê que as medidas tomadas na conferência de Salamanca, sejam implantadas dentro das possibilidades e peculiaridades de cada país, e que cada um encontre uma via que possibilite a inclusão de todos os alunos, como explicitado no documento: “o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (CONFERÊNCIA DE SALAMANCA, 1994. p.02).

Em Garcia e Michels:

[...]dois anos depois, outro marco importante para a educação brasileira foi à promulgação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9394/96 (LDBEN) que traz um capítulo específico com três artigos voltado para Educação Especial. Na nova LDBEN, o atendimento a esse alunado, é dever do Estado, como esclarecido no artigo 58 inciso três “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 2010, p.44). E no 2º parágrafo do artigo 58, apresenta que esse atendimento especializado fora da sala de aula comum só ocorrerá se não for possível a sua integração. Desta maneira, criam-se ferramentas legais para prover os educandos considerados com graves deficiência em instituições especializadas (GARCIA; MICHELS, 2011, p. 122).

Há um outro entendimento sobre estas questões acima comentadas em forma de citação, no entanto deixamos apenas para referenciar historicamente de como foram tratadas.

Entretanto o século XXI trouxe em sua bagagem fatores como avanços tecnológicos e direitos conquistados, que preenchem diversas lacunas importantes para o bem-estar do homem, mas ao mesmo tempo, as desigualdades sociais, o progresso desenfreado, as cobranças acerca da produtividade e a competitividade ameaçam a todo tempo tudo o que foi conquistado. Esta perspectiva perdura até os dias atuais, ainda se luta para que a educação especial seja reconhecida como parte integrante de uma educação para todos.

Nesse contexto, não cabem preconceitos, protelações ou isenções de responsabilidade. O estado do Paraná, lócus desta dissertação, é o único estado da federação que reconheceu a existência como as escolas de educação especial, no modo substitutivo e regulamentado pelo, a partir do parecer de 07/2014, revisto pelo parecer bicameral em 2018, foram denominadas de Escola de Educação Básicas na Modalidade Especial. A este respeito veremos no próximo subcapítulo um momento em que esclareceremos os diferentes pontos de vistas diretamente relacionados a educação e suas contribuições.

1.1.2. A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL

As aulas de Educação Física promovem o desenvolvimento integral do aluno, a vida saudável, a socialização, o espírito de equipe e a prática do desporto, os alunos participam das mais variadas experiências corporais para as quais são desafiados.

O aluno percebe seu próprio corpo por meio de todos os sentidos, estando esse corpo ocupando um espaço no ambiente em função do tempo, captando assim imagens, recebendo informações e as decodificando pelo seu corpo. No aluno com Síndrome de Down esta percepção se faz importante pois, o praticar exercícios em todas as fases da sua vida, estimula o

crescimento, o desenvolvimento motor e contribui para os demais componentes curriculares além da Educação Física.

A Educação Física escolar evidencia a liberdade cognitiva e emocional dos alunos para a aprendizagem, utilizando o seu semelhante como referência. Isso é um fator importante para que haja um ambiente de convívio onde o respeito e tolerância devem ser trabalhados. Saber como relacionar-se em grupo pressupõe um controle evolutivo de comportamentos, valores, normas e atitudes.

Porém, como descreve Falkenbach (2002):

[...] é na escola o lugar de desenvolver a educação física que provoca as trocas e as aprendizagens entre as pessoas. Ela é responsável pelo aprendizado das relações entre as pessoas por via corporal. Portanto temos as expectativas que a educação física escolar exercerá o papel de fazer e compreender que a criança como sujeito dentro do espaço lúdico-educativo, irá aprender e se desenvolver ao se expressar. (FALKENBACH ,2002, p. 34).

Neste sentido, a escola deve proporcionar o desenvolvimento do aluno a superar suas dificuldades com máximo de autonomia possível. A convivência, o contato, a interrelação com os outros alunos possibilitam o enriquecimento de suas experiências e assim contribuindo para seu desenvolvimento.

O processo de ensino/aprendizagem da Educação Física estabelece no aluno, meios e estratégias para proporcionar o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo. Com isso o professor contribuirá para a construção da corporeidade deste aluno, propiciando o aumento das vivências relacionadas ao corpo.

Diante destas questões, a Educação Física escolar é fundamental para os alunos com síndrome de Down, pois, ao compreender, por meio das vivências relacionadas ao corpo, que a corporeidade está sendo edificada passo a passo respeitando a progressão pedagógica durante as atividades nas aulas de Educação Física.

Para os alunos com Síndrome de Down, o importante é valorizar os potenciais de cada um, conforme ORNELAS.

O trabalho deve ser feito com muita atenção, dedicação e paciência. Dessa maneira, cabe ao profissional de Educação Física, conhecendo a história e os problemas mais acentuados de cada

aluno, desenvolver um programa de atividades motoras, promovendo atividades que fortaleçam as musculaturas e conseqüentemente a melhora em todas as atividades exercidas por essas pessoas o professor é a peça fundamental no trabalho de adequação e vivência. Ele deve definir os objetivos a serem alcançados, criando um processo de ensino-aprendizagem, no qual deve avaliar a situação, a condição dos alunos com os quais pretende trabalhar, e dispor de recursos que propiciem aperfeiçoamento a seus alunos (ORNELAS, 2001 apud MASUZAKI, 1995 p. 127).

Dessa forma, é preciso oferecer aos alunos oportunidades de criar e brincar, para que os estímulos propiciem um desenvolvimento rico de experiências que contribuam para sua formação. A organização e o planejamento dos espaços escolares são importantes para o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down e, o espaço escolar, neste caso, na escola de educação básica na modalidade especial, necessita ter as condições necessárias para receber os alunos com esta necessidade diferenciada.

O aluno com síndrome de Down terá o seu comportamento influenciado pelo meio social que vive, na escola, família e sociedade onde os resultados dessa interação podem limitar ou ampliar as oportunidades do seu desenvolvimento e de suas possibilidades de integração social. Mas algumas barreiras precisam ser rompidas, algumas delas são a aceitação e o preconceito que ainda existente na sociedade. Limitações existem, mas não impedem a participação no contexto social.

A isso, temos em Vygotsky,

Portanto se alguém aprende a fazer bem uma única coisa, também será capaz de fazer bem outras coisas sem nenhuma relação, como resultado de alguma conexão secreta. Assume-se que as capacidades mentais funcionam independentes do material com que elas operam, e que o desenvolvimento de uma capacidade promove o desenvolvimento de outras. (VYGOTSKY, 1994, p. 44).

Se desempenhamos atividades referentes a um determinado assunto, seja ele qual for, digamos que seria neste exemplo sobre dar um passe no futsal, a pessoas com síndrome de Down terá condições de realizar atividades como ler ou resolver questões de matemática desde que seja estimulada pra

aquilo e seja dirigida e ensinada a operacionalização da tarefa e na síndrome de Down não será diferente.

A síndrome de Down é uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, o par 21, o que provoca alterações motoras e cognitivas, o que não impede que, os portadores desta síndrome possam crescer, aprender, participar da vida em sociedade. Há, por vezes, a necessidade de adequação nos espaços físicos da escola e convivência.

A respeito da aquisição dos conhecimentos pela criança da educação especial, temos em Gallahue e Ozmun (2005):

[...] o que somos nada mais é do que todas as experiências vividas, tanto as positivas quanto as negativas. Portanto, a ação sobre o meio e a nossa percepção sobre os desta ação poderão influenciar a forma de ser, o caráter da criança (GALLAHUE E OZMUN, 2005, p. 21)

As crianças com a síndrome de Down, estão em fase de desenvolvimento humano para aquisição e construção do conhecimento, porém, alguns fatores são necessários para que a trajetória seja percorrida.

Existem fatores que determinam esta construção como salientam Mattos e Neira: “maturação biológica, a experiência, a interação com o meio e finalmente a equilíbrio”. (MATTOS E NEIRA, 2008 p. 44). Estes fatores se manifestam em diversas frentes corporais de aprendizagem pela experiência, como os nossos sentidos: tato, paladar, visão, olfato e audição, canais corporais que nos permitem ter experiências e a partir destas experiências podemos vivenciar novas situações as quais vão construir novos saberes.

Na Educação Física é de grande importância que o aluno tenha a maior quantidade de experiências de movimento e de forma diversificada, onde sejam oferecidas as mais variadas formas de jogo, o que resultará em uma criança com um desempenho mais eficiente.

O corpo humano, com seus movimentos, é o instrumento por meio do qual se realizam as tarefas, conhecer o mundo, os objetos, realizar ações, conhecer e relacionar-se com outras pessoas. Pode-se dizer que todas as forças de relacionamento e conhecimento estão ligadas a ação corporal. É desta maneira que uma criança vai organizando sua capacidade motora de

acordo com a maturação nervosa e dos estímulos do ambiente em que vive e com as pessoas que convive.

Segundo Toscano,

[...]a Educação Física é definida como o conjunto de atividades físicas, metódicas e racionais, que se integram ao processo de educação global, visando ao pleno desenvolvimento do aparelho locomotor, ao desempenho normal das grandes funções vitais e ao melhor relacionamento social. (TOSCANO 1974, p. 9).

Sabe-se que o aluno não tem somente a necessidade de movimento físico e exercício porque seu desenvolvimento mental está ligado com à atividade motora, fazendo também a descoberta do meio ambiente e de conhecer suas verdadeiras capacidades.

Negrine afirma que:

[...]uma educação física bem orientada, progressiva e sistemática tem unicamente a finalidade de auxiliar o desenvolvimento físico e mental da criança e, ao mesmo tempo, de oferecer pré-requisitos para seu desenvolvimento intelectual. (NEGRINE, 1983, p. 7).

A educação do corpo está intimamente ligada às atividades psicomotoras, que caracterizam o homem e, portanto, aos meios essenciais da Educação Física, é como uma ciência, porque se preocupa por meio das normas higiênicas e biológicas em proporcionar uma perfeita integração funcional entre o físico e mente.

A Educação Física, apresenta-se como uma atividade muscular controlada, regida por normas e métodos, com objetivos bem definidos, desde o desenvolvimento morfofuncional do organismo jovem, até a manutenção do equilíbrio homeostático do indivíduo adulto e a readaptação orgânico-funcional do indivíduo doente ou com sequelas traumáticas ou de doenças anteriores, ou síndromes, colaborando decisivamente na educação do aluno.

Com a Educação Física, espera-se que o aluno desenvolva coordenação motora, atenção, ritmo, conhecimento quanto a posição do corpo, direção a seguir e participe do desenvolvimento em seus aspectos biopsicológicos e sociais, desenvolva livremente a expressão corporal, favorecendo a criatividade, adquira hábitos de práticas recreativas para serem

empregadas adequadamente nas horas de lazer, adquira hábitos de boa atitude corporal, seja estimulada em suas funções orgânicas, visando o equilíbrio da saúde dinâmica e desenvolva o espírito de iniciativa, tornando-se capaz de resolver eficazmente situações imprevistas.

Para que a Educação Física contribua para o desenvolvimento adequado das crianças, é preciso que ela abandone a ênfase excessiva sobre o sistema muscular, para adotar um enfoque onde todos os mecanismos de aprendizagem envolvidos e os fatores que afetam o funcionamento destes mecanismos sejam trabalhados e desenvolvidos.

Nesta abordagem da psicomotricidade, requer a maturação como um requisito mínimo para que ocorra o aprendizado, nesta, a vivência requer a experimentação de fato, novos momentos, diferentes de situações, a interação com o meio, a ação do sujeito com o meio as influências sobre estas ações vão gerar aprendizado e finalmente a equilíbrio, onde a inexistência de saltos pulando etapas de desenvolvimento sendo preciso seguir uma sequência sempre respeitando uma progressão pedagógica dos conhecimentos.

Sendo assim, a Educação Física pode ser compreendida como formação humana, não voltada unicamente ao treinamento físico, mas baseada em movimentos que deixam espaço para a criatividade e para a expressão corporal.

Podemos identificar neste ponto do texto, a possibilidade de haver o desânimo por parte de alguns alunos, e esse fato pode ser explicado por a Educação Física estar voltada ao esporte competitivo que apenas é oportunidade a uma minoria.

Na evolução da corporeidade, a dinamização dos movimentos do corpo é uma clara evidência de que as pessoas utilizam de relações motoras do corpo e do meio para seu posicionamento, reflexão, e adaptação ao mundo.

O movimento do corpo que tratamos aqui é nitidamente definido como desenvolvimento dos alunos e ressaltamos que a capacidade de utilizar o próprio corpo para a expressão das emoções, por meio de atividades físicas contidas nas aulas de Educação Física como: a dança, o esporte, a recreação, o jogo, enfim quaisquer que sejam, é uma evidência dos aspectos cognitivos do uso do corpo.

Freire (2009) afirma que:

[...]a criança no seu nascimento é caracterizada como um ser automático, que produz reflexos motores permitindo-lhes receber os alimentos necessários à sua sobrevivência e ao desenvolvimento de recursos vitais básicos, onde o autor cita que a criança nessas primeiras impressões parece exprimir mais atividades motoras do que a movimentos orientados, e esta etapa é considerada por Le Boulch (1982) como “corpo submisso”. (LEBOUCH FREIRE, p. 134 et al FREIRE, 2009).

Quando se passam os primeiros meses de vida da criança, a mesma deixa de executar esses movimentos reflexos básicos, sugar e agarrar, por exemplo, dando lugar aos movimentos intencionais, ou melhor dizendo a denotar motricidade em sua essência, o que Le Boulch (1987) chama de “corpo vivido” (Freire, 2009). “Então, será possível à criança não apenas ajustar sua motricidade às condições atuais de espaço de vida, mas ainda concluir suas ações em pensamento e, logo, programá-las de acordo com modelos mais ou menos completos” (LE BOULCH, 1987, p. 16, et al, Freire, 2009).

A Educação Física, enquanto componente curricular, deve proporcionar desde a infância situações que permitam ao sujeito vivenciar as mais adversas explorações corporais para uma melhor compreensão do que é e do que se pode aprender sendo um corpo, que possibilite o movimento e aprendizados.

Santin (2003, p. 66-67) nos remete a uma reflexão mais profunda ao afirmar que:

A Educação Física passa a ensinar e a ajudar a viver e sentir a corporeidade. Este objeto passaria a ser fundamental na Educação Física, na medida em que ele é o suporte básico do próprio modo de ser do homem. Para ser mais claro, pode-se dizer que todo indivíduo se percebe e se sente como corporeidade. Assim o homem, em todas as suas funções e vivências precisa ser corpo, o que é bem diferente dizer que precisa do corpo. (SANTIN, 2003).

As afirmações de Santin sobre a que a corporeidade deve ser entendida como um caminho que juntam as ações do homem e a sua percepção dos movimentos do corpo. Para que todo o caminho na busca do desenvolvimento humano temos que investir nas relações entre os nossos pares, como Santin exemplifica na citação, somos corpo, e somos corpo, somente a partir dos

outros, seja na interrelação, seja no auxílio de um ao outro corpo que recebemos, ou de um corpo mais experiente, mais forte, mais hábil, mais ágil, enfim, nas trocas de vivências é onde a corporeidade vai estar. Este aprendizado vai inconscientemente ao encontro dos que procuram pelas vivências, daí a importância das atividades desenvolvidas durante o período da escola nas aulas de Educação Física.

Figura 2 - Relação entre corpos



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

As relações entre os corpos, sujeitos e objetos, apresentam-se como um processo, em que a reversibilidade do corpo estabelece relações de comunicação dos mais diferentes sentidos, como afirma Nóbrega (2010, p. 63) “a apalpação pelo olhar, o tato como visão pelas mãos, sempre relacionada à motricidade, a essa capacidade de se pôr em movimento.” E estas relações de comunicação dos sentidos, nos levam ao encontro da sensibilidade do ser humano.

Em Gonçalves (1994) temos que:

[...] é nesta perspectiva de humano que percebemos sua discussão com o mundo que o cerca, que permite estabelecer uma concepção do movimento humano que pode se tornar o momento integração, dando sentido teórico/prático à especialização e, ao mesmo tempo, será a ponte de interconexão entre a Corporeidade e a Educação Física (GONÇALVES, 1994, p.74).

Moreira et al (2010) enfatiza que, ao trabalhar e desenvolver o conhecimento científico em razão do ser humano, a Educação Física, a partir de seus profissionais, deve buscar reformulações frente à concepção e a história do corpo humano. Ainda, os autores afirmam que: “Não trabalhamos com máquinas a serem melhoradas em seu rendimento, mas sim, com a corporeidade viva, existencial, racional e sensível” (MOREIRA et al, 2010, p. 119).

A função da Educação Física, funde-se aos procedimentos de experimentação que o homem se permite vivenciar no movimento e está provocada pelas experiências do contato humano, com o mundo e do mundo com ele para uma nova compreensão de sua dimensão substancial. “A Educação Física, deve promover muito mais do que uma prática corporal, estética, ou ainda, o adestramento do corpo em uma ação especializada à modelagem”. (SOARES, 2002, p. 47).

Corroborando com esta afirmação, temos em João Batista Freire, que:

[...] sem dúvida poderíamos dizer que uma educação corporal seria um dos inúmeros objetivos da Educação Física, enquanto disciplina educativa. Porém, quando adentramos na filosofia do corpo, e atrelamos seus objetivos poderíamos dizer que, em suma, a Educação Física seria uma Educação pelo Movimento, que se fundamenta como [...]movimentos produzidos em um certo nível que servem de base para outras aquisições mais elaboradas; mas também uma Educação do Movimento, onde as habilidades motoras são o objetivo terminal da Educação Física estreitando suas relações e perdendo sua identidade como educação humana (FREIRE, 2009, p. 121).

Ao se tratar da Educação Física para os alunos com deficiência intelectual, temos dois enfoques: Educação Física nas escolas da educação básica na modalidade especial e a Educação Física adaptada onde é regida

somente quando é necessária alguma adaptação ou adequação da atividade por parte do professor para com algum aluno. Temos aqui a definição das duas em forma de citação para que possamos conhecê-las, mas o enfoque desta pesquisa trata da Educação Física na escola de educação básica na modalidade especial.

Para Krebs, (1984) a Educação Física na escola especial aborda o:

[...] conjunto de atividades físicas planejadas especificamente atendendo às necessidades daqueles alunos cujas limitações físicas sensoriais e/ou intelectuais não lhes permitem participar das atividades regulares de Educação Física, mesmo que as mesmas sofram adaptações”, e Educação Física Adaptada como: “as adaptações possíveis de se fazer em um programa normal de Educação Física, a fim de que os alunos com certas limitações físicas, sensoriais e/ou intelectuais possam tomar parte neste programa.(KREBS, 1984, p. 40).

Temos aqui um significado da educação especial sob uma perspectiva da educação como atendimento educacional de pessoas com alguma deficiência, neste caso deficiência intelectual.

Preferencialmente em instituições de ensino regulares ou ambientes especializados, o estado do Paraná é o único estado da federação que tem este conceito de escola especial.

Considerados público-alvo dessas escolas, crianças deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação de acordo com o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDBN 9394/96).

Quanto nas instituições especializadas, conveniadas ou não, as crianças te como início na faixa etária de zero a seis anos prolongando-se durante toda a educação básica, como já referenciado nos parágrafos anteriores, o quanto mais cedo começarem os estímulos melhor será seu desenvolvimento, proporcionando uma educação de qualidade.

A este respeito temos Melo e Silva:

De modo a superar a perspectiva da compensação biológica/sensorial, a Teoria Histórico-Cultural, fundamentada no materialismo histórico e dialético, tem suas bases assentadas na ideia de ensinar aquilo que a criança não sabe, pois não se faz referência ao que se julga necessário ela aprender, mas ao que a desafia a aprender. Nesse sentido, o que está em jogo é um processo educativo que rompa com a ideia de que na deficiência há apenas a fraqueza e limites. (MELO e SILVA, 2020, p. 952)

Deste modo, os objetivos da educação especial são os mesmos da educação regular onde temos a perspectiva de Siécola:

as normas da educação básica, que objetiva orientar o projeto político pedagógico, o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteados seus currículos e conteúdos mínimos a serem ministrados. (SIÉCOLA, 2016, p. 18).

O que difere, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças e potenciais individuais do aluno.

Ela se desenvolve em torno da igualdade de oportunidades, atendendo às diferenças individuais de cada criança por meio de uma adaptação do sistema educativo. Dessa forma, todos os educandos podem ter acesso a uma educação capaz de responder às suas necessidades.

A Educação Especial tem ganhado visibilidade nos anos de 1990 aos de 2022 devido ao movimento de educação inclusiva, mas nesta dissertação versaremos somente na perspectiva da escola de educação básica na modalidade especial política de educação que permanece no estado do Paraná onde está pesquisa é desenvolvida.

Onde as escolas com educação tida como especializada contam com materiais, tecnologia, equipamentos e professores especializados recebendo recursos públicos para realizarem seus trabalhos. Enquanto o sistema regular de ensino está em processo de inclusão escolar, a necessitar de prover melhores condições e financiamento.

Muitas vezes há uma necessidade de que se faça uma adaptação das aulas de Educação Física, adaptações de acesso a quadra ou uma bola maior com uma textura diferenciada, mas não sendo uma regra, como todos os casos de alunos com síndrome de Down.

Para Bonfim, a Educação Física Adaptada é definida como:

[...] um ramo de educação universal que contempla os mesmos objetivos da Educação Física humanística crítica, e que se destina a apresentar atendimento integral a todas as pessoas que apresentam necessidades físicas, mentais e múltiplas; procurando respeitar sempre suas suficiências. (BONFIM, 1994, p. 15).

Basicamente, pode-se entender que a Educação Física na escola de educação básica na modalidade especial está voltada para todos os alunos cujas limitações físicas, sensoriais e ou intelectuais não lhes permitem frequentar uma classe regular de uma escola regular, sendo reunidos então em uma mesma turma, exigindo professor especializado.

Enquanto na Educação Física Adaptada na escola regular, os alunos com deficiência fariam a aula de Educação Física com seus próprios companheiros de classe, e seus casos seriam examinados pelo professor no sentido de serem feitas as devidas adaptações no programa. Entretendo esta dissertação trata a educação física na escola de educação básica na modalidade especial.

Cabe neste momento, apontar a questão da relação do movimento no desenvolvimento humano na escola de educação básica na modalidade especial, entendendo que, o desenvolvimento humano irá, além de fornecer as ferramentas necessárias ao aluno para o seu desenvolvimento e têm como objetivo potencializar as habilidades, mostrando que o crescimento individual também é importante para o coletivo, e para corroborar com esta relação do desenvolvimento humano e da corporeidade trazemos aqui uma citação de uma definição de corporeidade.

Temos como definição ou ideia de corporeidade está associada ao corpo humano e ao comportamento motor ou ato motor, enquanto a ideia de motricidade está ligada ao movimento do corpo e sua conduta motora, movimento intencional, com sentido, significado, temporalidade e espacialidade. (MAYER, 2006, p. 03).

Assim, para analisar o nível do desenvolvimento humano de determinado grupo, deve-se observar as condições e oportunidades que os indivíduos possuem.

Assim, a importância da educação corporal/ corporeidade na vida de uma pessoa se reflete nos mais diferentes âmbitos, na capacidade de se

relacionar, interpretar informações, lidar com suas próprias emoções, tomar decisões com senso crítico e, até mesmo, obter satisfação pessoal.

Diante desta formação humana, o movimento corporal funciona como uma expressão simbólica com valores que farão a diferença na sociedade, e essa transmissão é tida como uma prática em que cada povo toma por si com liberdade de sua cultura construindo as movimentações de forma livre e despidas de julgamentos externos.

O movimento corporal, é utilizado na motricidade e desenvolvido a partir da expressão cultural e da intenção para o seu entorno. Os alunos, na aula de Educação Física, podem aprender com seus movimentos, tomando como referência os movimentos desenvolvidos pelos colegas. Assim, a vida é movimento e o gesto humano é uma das primeiras manifestações de expressão, de comunicação entre o homem e o meio em que ele vive.

Os exercícios das atividades motoras empreendidos pelos alunos, além de desenvolver papel predominante no seu desenvolvimento corporal e funcional trazido aqui como a educação do corpo é considerada um instrumento e como um fator de equilíbrio geral do organismo.

Os estímulos do meio ambiente, somados aos provocados pelas atividades físicas, são basicamente desenvolvimento físico e mental do organismo humano. Escopo este que Manoel, refere-se ao movimento como sendo “deslocamento do corpo e membros produzidos como uma consequência do padrão espacial e temporal da contração muscular”. (MANOEL, 1988, p. 8).

Pelo fato do movimento se caracterizar por um deslocamento do corpo num determinado padrão espacial e temporal, ele é um comportamento observável e mensurável. Todos os movimentos manifestam certas características espaciais e temporais observáveis, no entanto é preciso considerar que o comportamento observável é resultado de um processo interno do sistema nervoso, nos mostrando a plasticidade dos movimentos onde o corpo vai adquirindo mecanismos de adaptação de movimento que sob a perspectiva da corporeidade estão sempre em transformação e sofrendo mudanças a todos os momentos.

O movimento tem, portanto, duplo aspecto. O primeiro é que ele é um comportamento que observamos e o segundo é que ele é produto de todo um processo que acontece internamente no indivíduo. A comunicação, a expressão da criatividade e dos sentimentos são feitas por meio de movimentos. E por meio deles que o ser humano se relaciona com o outro, aprende sobre si mesmo, quem ele é, o que é capaz de fazer. E por meio de movimentos que o ser humano aprende sobre o meio social em que vive.

Sendo assim, no estado do Paraná, a educação especial, é um serviço exclusivo, a partir de diretrizes estaduais e tendo como obrigação da família e de especialistas envolvidos, verificar onde seria pertinente a criança estar, se na escola especial ou, na rede regular de ensino, lembrando que o foco desta pesquisa são alunos síndrome de Down, portanto pessoas com diferente capacidade intelectual.

2. A SOCIALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL

Este capítulo trata dos conhecimentos adquiridos, desenvolvidos e promovidos pela Educação Física e tem como objetivo a função de nos tornar corpos que são ativos, pensantes e se manifestarão em prol do conhecimento e do desenvolvimento humano. Onde parte do desenvolvimento é a socialização entre alunos, pois é na troca de experiências e com a contribuição que todos trazem, bagagem que cada um traz de suas experiências, suas vivências para o ambiente escolar, promovem o enriquecimento das movimentações facilitando e auxiliando na aprendizagem, momentos como estes, acontecem duas vezes por semana durante as aulas de Educação Física.⁵

Partindo do pressuposto que as aulas de Educação Física na escola de educação básica na modalidade especial são ministradas em grupos, os estudantes estão a todo momento trocando experiências, o que traduz em um crescimento constituindo o conhecimento no ambiente escolar.

Nesta perspectiva, Freire,

⁵ Dado relativo à Educação Física na cidade de Curitiba, Paraná.

[...]coloca que vivenciando a corporeidade na Educação Física, não como movimento de conhecimento do seu próprio corpo, devemos fazer algo útil com a prática pedagógica, fazendo com que as pessoas se percebam como corpos. (FREIRE, 1991, p. 52).

E sobre esta perspectiva em que João Batista Freire mostra que, precisamos nos tornar parte do todo, seres que a partir da Educação Física obtenham aprendizado com as práticas corporais que são produzidas historicamente pela humanidade.

Ainda em João Batista Freire:

[...] nos faz lembrar que somos corpos em todos os momentos, todos os movimentos, vão sempre significando algo, que enquanto estamos na escola damos o devido valor pedagógico com a carga pedagógica de aprendizagem, mas, que não podemos esquecer que nossas experiências corporais acontecem durante a vida toda e se mantém tendo significando em situações e acontecimentos que continuam a acrescentar aprendizado em nosso desenvolvimento mesmo que isso aconteça em situações de educação não formal. (FREIRE, 1991, p. 52)

Na perspectiva de Gonçalves (1994) a Educação Física pode proporcionar um ambiente favorável para o aluno possa se tornar um elemento participante e ativo da sociedade em que ele está inserido.

A aula de Educação Física constitui um espaço onde o estudante poderá vivenciar os princípios democráticos de liberdade, participação, cooperação, deliberação, coletiva e modificação das condições de ação, quando a situação o exigir. A Educação Física estará dessa forma contribuindo para a formação do estudante como um agente de mudanças sociais. (GONÇALVES, 1994, p. 64).

A partir destas bases teóricas temos subsídio para falar sobre alguns mecanismos do aprendizado humano.

Na escola, o aluno tem a chance de se socializar com outras crianças por meio da aula de educação física, jogos e brincadeiras dirigidas, de modo que a Educação Física tenha como finalidade maior a de contribuir para que o aluno desenvolva a autoconfiança interagindo com o grupo e concomitantemente desenvolver habilidades motoras.

A Educação Física é uma porta de entrada para a formação social e de princípios para o aluno e é preciso que o professor tenha autonomia para

administrar e despertar esses valores nos alunos, transformando o meio em que vive.

É durante as aulas de Educação Física que muitas vezes lidamos com o diferente, com as limitações físicas e cognitivas nossas e dos outros, por isso, a importância de o docente despertar essa percepção no aluno, para que ele leve para a vida o saber conviver e o saber respeitar a diversidade que faz parte da sociedade.

Trazendo imbuídas nas aulas de Educação Física, questões como: trabalho em equipe, inclusão social, participação, partilhar dentre outras, e os alunos aprendem também a solucionar situações problemas, dinâmicas em grupo podem ser feitas por todos os alunos em pequenos grupos ou no grande grupo, desde os pequenos fisicamente até os maiores, e também os alunos com necessidades especiais, pois estas situações contribuem para os alunos aprenderem a analisar os problemas, trabalho em equipe e respeito ao adversário, porém todos devem participar.

A importância da formação das equipes deve ser diversificada tanto em gêneros, portes físicos e também os mais e os menos habilidosos, o professor deve sempre manter os alunos motivados, ditar e explicar com clareza as regras do jogo, e intermediar conflitos entre os alunos. Além de estimular os alunos a identificar as próprias capacidades físicas, como ritmo, velocidade, força e resistência para que consigam se sair cada vez melhores.

As situações expostas no parágrafo anterior vão colaborar juntamente com os sentidos mais básicos humanos que estão em ação a todo momento, por exemplo: eles estão vendo, ouvindo, sendo estimulados por meio do tato por outros colegas, sentindo cheiros a todo momento, estamos constantemente ouvindo ou vendo, recebendo estímulos a todo momento com novas experiências e temos como forma/método de aprendizado o corpo e as aulas de Educação Física.

E geralmente, estas aulas são desenvolvidas em espaços diferenciados na escola tais como: gramado ou quadra poliesportiva e utilizam implementos que auxiliam nas aulas como: bolas, bastões, tatames dentre outros.

Trazendo a bola neste exemplo, temos uma bola que pode ser, de couro ou de borracha, com texturas, cheiros, cores, densidade e tamanhos

diferentes já proporcionando experiências suscetível diferenciadas. Estas situações com diferentes materiais proporcionam a experimentação como forma de aprendizagem e neste sentido quanto mais trazemos possibilidades de experimentação para os alunos melhor será sua aprendizagem.

A Gama de relações com os materiais que estão sendo utilizados nesta estimulação vai abrindo o leque de possibilidades o que por sua vez vai corroborar diretamente no processo de ensino/aprendizagem.

Este estreitamento com os materiais utilizados durante as aulas de Educação Física, vai facilitar ou mediar as relações entre seus pares as quais são as mais importantes, esta relação entre pessoas irá ser facilitada na medida que os materiais chamam a atenção e assim auxiliando muito nas importantes relações sociais como na participação de jogos e brincadeiras, momentos que fazem a construção do desenvolvimento humano.

Figura 3 - Relação com os materiais



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

Da perspectiva de Maturana:

[...]a formação humana como tarefa educacional consiste na criação de condições que guiem e auxiliem a criança em seu crescimento como um ser capaz de viver no respeito a si mesmo e ao outro, que pode dizer não ou sim por ele mesmo e cuja individualidade, identidade e confiança em si mesmo não se findam na oposição ou diferença em relação aos demais, mas no respeito por si próprio, de tal modo que possa colaborar justamente porque não tem medo que a relação desmorone. (MATURANA, 1995, p.11).

A partir deste conceito de Maturana, podemos compreender como a Educação Física escolar, seja na escola regular ou na escola de educação básica na modalidade especial, age como construtora de conceitos básicos como; dentro, fora, em cima, embaixo, forte, fraco, alto, baixo, dentre outros e que os estudantes levarão para toda a sua vida e que auxiliará na aquisição dos próximos conceitos que serão trabalhados pela escola juntamente com os demais componentes curriculares.

Para tanto, nesta dissertação, a discussão versa sobre a Educação Física na educação básica na modalidade especial, sendo o objeto estudado na sua especificidade.

Figura 4 - Relação com os materiais



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

Ao trazermos para a discussão o aluno com síndrome de Down que está na escola de educação básica na modalidade especial, faz-se necessário que, no momento da socialização destes alunos, nas aulas de Educação Física, propor vivências com os colegas e com a comunidade escolar de maneira que o aprendizado seja desenvolvido a partir do estabelecimento das relações e contatos feitos durante o período em que está na escola, sendo este um fator de importância para o seu desenvolvimento.

Desta maneira, podemos analisar os alunos de um modo geral em nosso contexto, em duas formas: estruturalmente em internos (endógenos) e externos (exógenos), entendendo que, o que se origina no interior, de um organismo ou sistema, ou por fatores internos endógeno e exógeno que provém do exterior de um organismo ou sistema, ou que é devido a causas externas de fora.

Fatores endógenos são aqueles nos quais a criança com Síndrome de Down pode ou não prejudicar seu desenvolvimento tais como: estímulo social com a privação ou negligência familiar, quanto a exposição aos estímulos

adequados durante as fases mais iniciais, onde podem ter ou não impedimentos físicos associados a síndrome e hereditariedade.

Fatores exógenos são aqueles nos quais, após feitas as devidas estimulações nas fases iniciais, algum fator externo possa barrar o seu desenvolvimento como privação familiar, privação social na escola, dentre outros.

A esse respeito, temos em Grespan que:

Assim, ao estudarmos o ser humano e seu desenvolvimento, devemos considerá-los como união, uma integração dos diferentes domínios: cognitivo (processo de pensamento, linguagem, memória, reconhecimento de informações), afetivo (sentimentos e emoções), social (relação com os outros, influências da sociedade, das instituições, dos grupos) e motor ou psicomotor (movimento, processos biológicos e motores). (GRESPLAN, 2008, p. 35).

Contribuindo, para a citação acima, que o desenvolvimento das crianças não é composto por um fator e sim por diversos fatores que vão determinar um indivíduo completo em sua aprendizagem.

Como exemplo, temos neste momento, a capacidade de força, que é um fator importante para se apontar, pois a síndrome de Down tem como característica física a hipotonia muscular, uma falta de força determinada geneticamente, mas que se pode trabalhar em forma de reforço muscular e fisioterapia.

No aluno com síndrome de Down é necessário que se estimule desde muito pequenas, fator este que será determinante para os avanços no desenvolvimento humano e na educação corporal do aluno.

E sob este aspecto trazemos Gonzales:

A capacidade motora dessas crianças pode ser ampliada mediante a estimulação, há grandes variações nesse setor, pois existem crianças que foram muito motivadas desde que nasceram e seus avanços são importantes (GONZALES, 2007, p. 91).

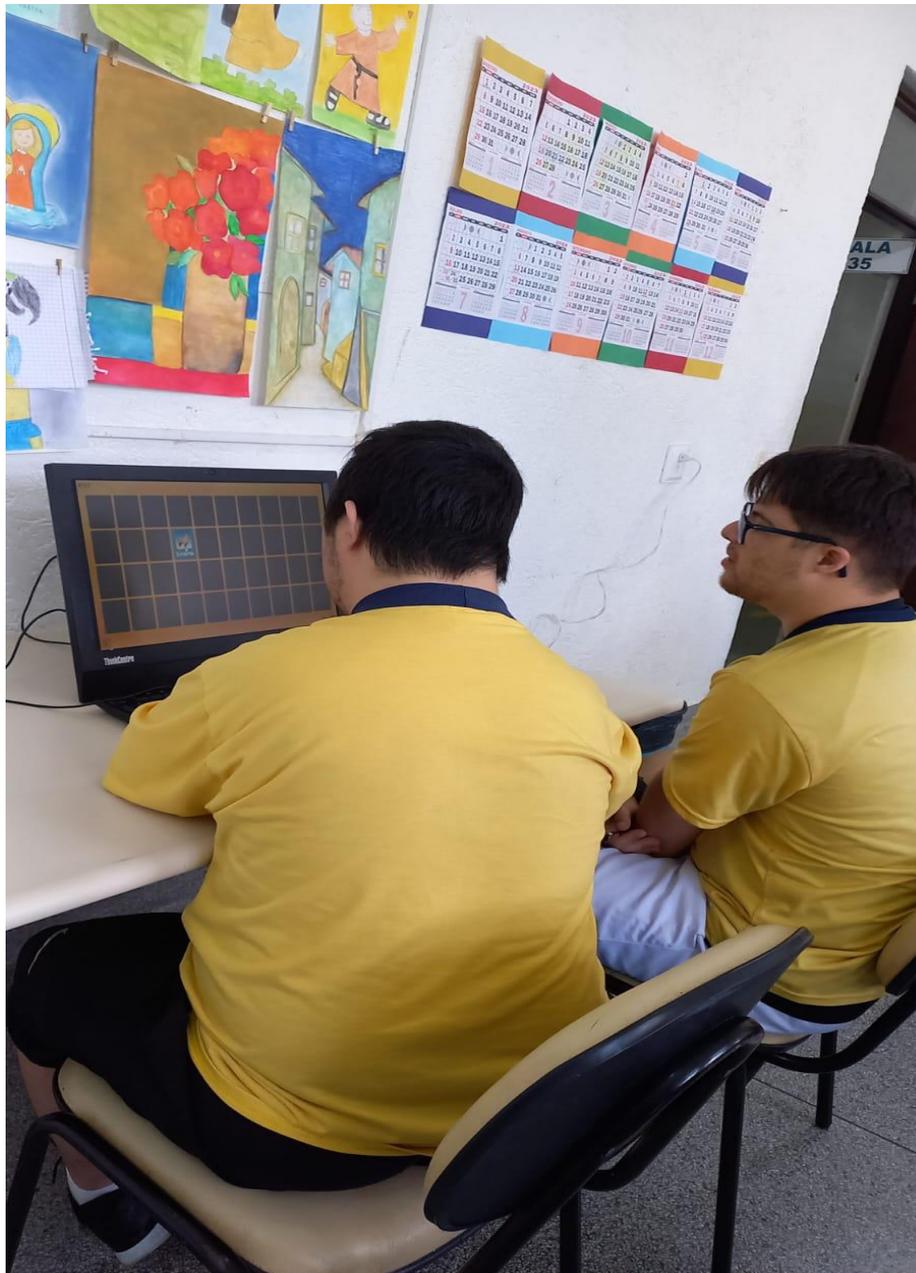
Figura 5 - Estimulação



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

A estimulação precoce em alunos com a síndrome de Down vem sendo peça chave na contribuição para o desenvolvimento da corporeidade, estímulos relacionados com as valências físicas como força: flexibilidade, agilidade, dentre outras trazendo também uma atenção especial sobre o olhar da cognição.

Figura 6 -Resultado da estimulação



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

No âmbito da cognição:

[...]as crianças com Síndrome de Down têm dificuldade no processamento de informação e principalmente em processos sequenciais, no entanto com a resolução de questões manipulativas e

visuais tem melhores condições do que de forma verbal, abstrata ou auditiva. (MOLINA e ARRAIZ apud GONZALES 2007, p. 91).

Diante disso e com estes dados, o professor pode proporcionar atividades e promover o reforço a fim de que haja a compreensão destas atividades durante as aulas de Educação Física, valorizando o aspecto visual do movimento, em demonstrações práticas, ao invés somente da explicação verbal.

Promovendo assim, uma educação corporal ou construção da corporeidade, conceito que se baseia em técnicas corporais por meio de movimentos, instrumentos cenestésicos acionados pelo comando verbal direcionado.

Somos conduzidos ao despertar e a percepção das sensações corporais representando uma dimensão construtiva e expressiva do ser humano, sendo denominado de corpo próprio, corpo vivente que usufruindo dos movimentos teremos uma aprendizagem por meio do nosso corpo a expectativa é de que a aprendizagem das práticas corporais seja realizada considerando uma visão integral de corpo e de mundo.

A esse respeito, João Baptista Freire aponta para a importância da autonomia na aprendizagem.

Sem viver concretamente, corporalmente, as relações espaciais e temporais de que a cultura infantil é repleta, fica difícil falar em educação concreta, em conhecimento significativo, em formação para a autonomia, em democracia e assim por diante" (FREIRE, 1989, p.14).

Desta forma, temos que, as vivências promovidas duramente as aulas de Educação Física podem colaborar de forma ostensiva na educação corporal e nesta independência que tanto desejamos e que atinja a todos na sua plenitude, e principalmente das pessoas com síndrome de Down.

E podemos observar que as aulas de Educação Física são fundamentais no processo de ensino/aprendizagem e que a prática corrobora para com as atividades desenvolvidas nos demais componentes curriculares em sala de aula.

As sistematizações e organizações são utilizadas em escolas regulares e escolas de educação básica na modalidade especial, pois em se tratando do

desenvolvimento de crianças com 8 a 10 anos são parecidos em crianças com síndrome de Down e sem a síndrome.

Em exames realizados no desenvolvimento evolutivo das pessoas com síndrome de Down foi possível constatar que durante os 15 primeiros anos de vida, ocorre um crescimento mental-intelectual rápido, embora não possa ser igualado aos sujeitos normais; posteriormente entre 35 a 40 anos a aprendizagem a mais lenta. (GONZALES, 2007, p. 91)

Neste dado momento os professores assumem um papel fundamental na construção do conhecimento sistematizado por criarem situações intencionalmente elaboradas para desequilibrar ou desestruturar os estudantes promovendo assim, reais condições para o processo de ensino/aprendizagem.

Segundo Mattos e Neira:

A epistemologia genética constatou que o processo de aprendizagem é "individual" para o aluno, o que equivale dizer que cada criança aprende do seu jeito e de forma diferente dos colegas, apresenta formas diferente de interação e, ao construir estruturas cognitivas distintas, será desequilibrada diferentemente nas mesmas situações didáticas. Portanto, em uma turma com quarenta alunos, haverá quarenta processos individuais de construção do conhecimento, mobilizados diferente mente nas mesmas atividades de ensino. Ao apontar a importância da equilíbrio e da interação do meio na sua relação com o fazer pedagógico, podemos concluir que é a reflexão do professor na ação (elaborando atividades, proporcionando novas e diferentes interações durante as atividades, reorganizando grupos, lançando questionamentos) que proporcionará a estruturação de novos conhecimentos, isto é a ascensão a níveis mais elevados dos saberes empregados para a solução dos problemas apresentados (MATTOS E NEIRA, 2008, p.50/51).

De forma diferente, do que se pregava no passado, o interesse e o centro do processo de ensino/aprendizagem são: professor/aluno/conhecimento e não somente o estudante.

Nesta seara o professor necessita se manter atento as qualidades das interações proporcionando-lhes um desequilíbrio ou desconforto para que se gerem novas questões e se criem possibilidades de novas aprendizagens.

Para tanto vale ressaltar a importância de se iniciar o processo educacional o quanto antes, neste caso, no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down, já na estimulação, nos primeiros meses de vida, onde por meio de experiências corporais as aprendizagens vão se consolidando.

Alinhados a isso, não podemos negligenciar este processo educacional sabendo que os alunos com síndrome de Down precisam de estimulação mais intensificada do que os alunos sem a síndrome, ao passo que o estudo disposto na citação acima, de Mattos e Neira (2008), que apresenta a importância da fase da estimulação e da escolarização no tempo correto na escola de educação básica na modalidade especial em pelo menos um dos períodos.

Sendo um dos principais objetivos da escola, formar pessoas capazes de construir seu conhecimento com capacidade e atitude de aprender ao longo de toda vida e em situações cada vez mais diversificadas, ao ponto de tirar suas próprias conclusões mediante síntese construída por ela mesma.

Para direcionar as respostas educativas, as necessidades educacionais especiais são definidas pelo nível de dificuldade de desenvolvimento da aprendizagem, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios utilizados no processo que a escola deverá proporcionar objetivando a superação das barreiras para a aprendizagem e seu desenvolvimento.

Nesta fase devemos aproveitar ao máximo o corpo para criar e enriquecer o vocabulário motor dos alunos e por meio da experimentação, fruição, análise, compreensão, construção de valores, políticas de educação, e refletindo sobre suas ações, já que a cultura de leitura e escrita virão na sequência em uma próxima fase.

Desse modo, encontramos a importância em se ter conteúdos organizados e sistematizados para que se entenda e possa discutir com propriedade e vindo ao encontro com questões relacionadas à Educação Física e a síndrome de Down.

2.1. POLITICAS PUBLICAS DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ESPECIAL

As Políticas Públicas Educacionais previstas na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva fazem contraponto com as recentes

normativas deliberadas pelo estado do Paraná em relação à educação especial. O objetivo, para a política nacional, é que se crie dentro do âmbito escolar um ambiente que oportunize a pessoa com necessidades educacionais especiais a construção de conhecimentos acadêmicos, oferecendo ao público alvo da educação especial a igualdade de direitos de se alcançar os mesmos objetivos dos demais, enquanto que as normativas atuais paranaenses criam dentro da escola especial o processo de escolarização como solução para o despreparo da escola comum para atender este público.

Esta proposta de inclusão teve o objetivo não apenas de garantir acesso de todos os alunos em escolas regulares, propondo desafios comportamentais e sociais. Ainda que a ideia de inclusão abranja qualquer aluno que tenha alguma dificuldade para ter acesso, permanência e sucesso na sua vida escolar. O processo de diferenciação ou exclusão entre alunos na escola decorre da oposição entre normal e especial. Não podemos classificar crianças em forma de grupos de alunos sem deficiência e alunos com deficiência, reproduzindo a cultura de se padronizar as pessoas, estes comportamentos e de modo de se pensar, não se alinham aos propósitos de uma escola para todos.

Um dos objetivos desta dissertação é demonstrar como funciona este setor de educação especial no Estado do Paraná, onde a pesquisa foi realizada e entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulamentam e orientam a sistematização do ensino, constituindo assim características particulares da educação escolar.

No Paraná, a política voltada à educação especial que vem sendo regida desde 2009, determina que o aluno das escolas especiais, devem matricular-se preferencialmente na rede regular de ensino, tendo apoio especializado disponíveis para seu processo de aprendizagem.

Com a mudança na concepção destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que refletiu dos movimentos internacionais pela inclusão social, nos mostra um novo significado da Educação Especial, expandindo não apenas a sua abrangência - desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, bem como o público-alvo a que se destina.

Diante dos alunos com necessidades educacionais especiais, entendemos a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar estabelecida em uma proposta pedagógica, que assegura, apoios e serviços educacionais especiais, criados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial.

No referenciado estado, a Educação Especial é dever constitucional do mesmo e da família, oferecer tanto na rede regular de ensino quanto nas instituições especializadas conveniadas, com início na faixa etária de zero a seis anos, prolongando-se durante toda a educação básica que é o caso desta pesquisa.

Na demanda de atendimento educacional especializado realizado em escolas especiais devido ao alto grau de comprometimento destes alunos, a argumentação o Estado do Paraná se denomina como política de inclusão responsável criticando a política de inclusão radical do Ministério da Educação e Cultura.

Já os sistemas municipais que estão sob a alçada da Secretaria de Estado de Educação, têm autorização para manter as turmas de classe especial, tendo embasamento nas orientações da Instrução Normativa Nº 03/04 que estabelece critérios para o funcionamento da Classe especial de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, na área da deficiência intelectual.

No Estado do Paraná o processo de escolarização deste público vem sendo feito nas escolas especiais, através da Lei 17656/2013 que institui a Educação Básica na modalidade Especial, este processo de escolarização nas escolas especiais não tem terminalidade como nas escolas comuns e terá uma equipe de profissionais especialistas e responsáveis por avaliar a capacidade do aluno e em algum momento o enviará para a escola regular onde o mesmo fará a terminalidade destes estudos garantindo assim ao aluno a continuidade de sua escolarização nas outras etapas de ensino em escola comum, o aluno que não for encaminhado para a escola comum ao completar a idade será encaminhado dentro da própria escola especial para o Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

Nesta proposta de escolarização das escolas especiais, o aluno levará 10 anos para cumprir o Ensino Fundamental Séries Iniciais enquanto na escola comum esta fase se dá em cinco anos.

O aluno matriculado na escola especial não pode acumular matrícula na escola comum, obrigando os pais a fazerem uma escolha, e o pai ao optar pela escola comum abdica de todo atendimento especializado direcionado a saúde que os alunos recebem na escola especial.

Este acúmulo não permitido só se caracteriza a partir do 1 ano do Ensino Fundamental, sendo permitido aos alunos de Educação Infantil a duplicidade de matrícula nas duas modalidades de escola, já que a instrução da sala de recurso dá acesso universal aos alunos e não há lei neste referido estado, que restrinja, a duplicidade de matrícula aqui abordada, é a Lei Paranaense, pioneira no Brasil, que institui o Programa de Apoio Permanente as Entidades que ofertam Educação Básica na modalidade Especial, que transformou as escolas especiais em escola regular.

A inclusão escolar dos alunos da educação especial organiza as legislações atuais, principalmente no âmbito federal. Já no Estado do Paraná se mantém uma ideia de "inclusão responsável".

As políticas públicas educacionais federais e as políticas públicas educacionais estaduais para o Ministério de Educação e Cultura definem como público-alvo da Educação Especial os alunos com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades\superdotação.

O Estado do Paraná, além do público alvo definido pelo MEC, considera também os alunos com Transtornos funcionais específicos para atendimento nas salas de recursos multifuncionais e orienta os sistemas de ensino nas organizações das Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com os profissionais de apoio como instrutor, tradutor\intérprete de libras e guia interprete, bem como de monitor ou cuidador de alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial no Estado do Paraná, o professor deve ter como base, da sua formação inicial e continuada, conhecimentos

gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área da educação especial para atuarem em salas comuns do ensino regular, como acompanhantes, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado.

No referido estado há garantia de Professor de Apoio à Comunicação Alternativa aos alunos com deficiência física neuro motora que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares e também Professor de Apoio Educacional Especializado, a alunos regularmente matriculados na Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, da área de Transtornos Globais do Desenvolvimento.

As políticas públicas da educação voltadas ao âmbito paranaense que consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governamental que prescrevem acerca da efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos.

As políticas para a educação influenciam os programas ou ações que são criadas pelo governo para colocar em prática medidas para que o processo se concretize. A política públicas tem a função de avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. Para tanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino/aprendizagem.

E como impacto das políticas públicas educacionais no contexto escolar contemplem as instituições escolares e não apenas como espaços de atuação do docente, mas também como local da formação do docente, o profissional, propiciando estudos coletivos e transformação da prática pedagógica para juntamente contribuir para com a educação.

Temos como exemplo de políticas públicas os programas relacionados com direitos que são garantidos aos cidadãos, as políticas públicas existem em muitas áreas, temos como exemplo: a educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia e transporte.

Neste caso em que o governo pode melhorar a educação e por meio de um amplo papel na oferta da educação, podem garantir salários para os

professores, verbas decentes para as escolas e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de todos.

Nesta seara a importância das políticas públicas afetam a todos os cidadãos, de todas os níveis de escolaridades. Com o aprofundamento e a expansão da democracia, as responsabilidades dos representantes da população se diversificam.

A educação é um direito de todos e dever do estado e deve ser oportunizada por meio de políticas públicas educacionais, onde disponibilize condições para que a educação seja construída de forma democrática com qualidade e igualdade na escola, e tendo como o principal propósito a implementação, como fase do ciclo de políticas públicas, consiste no desafio de transformar intenções gerais em ações e seus resultados.

No Estado do Paraná, os subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na educação básica, com a mudança de concepção reflexo dos movimentos internacionais pela inclusão social, ressignificaram a proposta da Educação Especial sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, ampliando-se, não apenas a sua abrangência, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, bem como o público alvo a que se destina, enfocando também os alunos com alguma necessidade educacional especial.

Subentende-se que o termo educação especial, segundo o parecer bicameral de 07/2014 que foi mudado para escola de educação básica na modalidade especial, se mostra como uma modalidade da educação escolar definida em sua proposta pedagógica, que assegura um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especializados e organizados para auxiliar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial.

Esta perspectiva que trazemos em questão é somente do estado do Paraná e nesta dissertação estamos demonstrando como é o funcionamento desta modalidade no referido estado da federação, sendo uma especificidade do estado o Paraná pois os demais estados não funcionam desta maneira, os

outros estados tem uma política de inclusão que prevê que todas as crianças tem que frequentar as escolas de educação regular.

Tendo em vista que a nossa perspectiva é o estado do Paraná e o estado está inserido no contexto nacional.

Em todos os níveis, etapas e modalidades da educação o estado do Paraná a educação especial, dever constitucional do estado e da família, é oferecida tanto na rede regular de ensino quanto nas instituições especializadas conveniadas ou não, com início na faixa etária de zero a seis anos, prolongando-se durante toda a educação básica até o EJA Educação de Jovens e Adultos.

A educação especial refere-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, e tem o propósito de mudar o foco das condições do aluno, que possam interferir em seu crescimento e desenvolvimento humano.

Segundo a normativa que rege os assuntos relacionados às escolas de educação básica na modalidade especial a Secretaria de Estado da Educação - SEED instituiu a normativa da educação especial onde é apontado que:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a distúrbios, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização, demandando a utilização de outras línguas, linguagens e códigos aplicáveis; III - condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; IV - superdotação/altas habilidades. No Estado do Paraná, o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. (PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2018, p. 02).

As políticas educacionais asseguram o atendimento educacional especializado, com oferecimento preferencial na rede regular de ensino e em não tendo como o aluno acompanhar na rede regular de ensino o mesmo será encaminhado a escola de educação básica na modalidade especial para assim, promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no

processo educacional e a oferta dos atendimentos educacionais aos alunos com alguma necessidade educacional especial no estado.

Esta política vem sendo orientada de acordo com a legislação vigente, com destaque aos documentos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 – Capítulo V – art. 58, 59 e 60. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer nº 17/01 CNE e Resolução CNE nº 02/01. Deliberação nº 02/03 - CEE. (PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2018, p. 03)

A oferta dos serviços de apoio especializado na rede regular de ensino visa ao atendimento de alunos com alguma necessidade educacional especial, nas áreas das deficiências mental, visual, física, surdez, condutas típicas de quadros neurológicos e psiquiátricos e psicológicos graves e altas habilidades/superdotação, compreendendo:

Sala de recursos Centro de atendimento especializado Professor de apoio permanente Profissional intérprete instrutor surdo Classe especial Escola especial. A descrição dos referidos serviços e apoios encontra-se no anexo ao final do documento. Identificação das necessidades educacionais especiais. (Secretaria de Estado de Educação SEED, p. 03, 2018).

Esta avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais é realizada no contexto escolar contando com a participação do professor e da equipe pedagógica da escola, ao passo que processo é contínuo, com o objetivo de avaliar os conhecimentos prévios, as potencialidades, as possibilidades, assim como as necessidades que deixam o processo de ensino/aprendizagem mais lento. Esse processo avaliativo ajuda o professor a investigar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos.

Historicamente os avanços na educação especializada no estado do Paraná tem pouco mais de 50 anos, nesse período houve muitas mudanças relacionadas à sua organização e ao lugar que ocupava no sistema educacional, no entanto, por conta de intensas transformações sociais, houve uma mudança em suas concepções e práticas.

Como resultado dessa reflexão, as políticas públicas, baseadas nos fundamentos de igualdade de oportunidades e respeito às diferenças

individuais, nos seguintes eixos: nível dos sistemas de ensino que são aspectos referentes à alçada político administrativa do sistema educacional que dizem respeito ao conjunto, envolvendo todos os segmentos organizacionais das secretarias e mostraram avanços na área e o favorecimento no cumprimento dos diretrizes que fundamentam a educação.

A referenciada política de Educação Especial, está direcionada às diferenças individuais dos alunos com alguma necessidade educacional especial e dispõe da oferta de atendimento especializado, em contexto inclusivo, tanto em escolas regulares quanto em escolas de educação básica na modalidade especial, onde está pautado o nosso mote de estudo.

Buscando encontrar um denominador comum para que os alunos deste contexto obtenham o melhor aproveitamento e alcancem a corporeidade, proposta central do exposto.

E para a parcela de alunos que, em função de seus graves comprometimentos ou necessidade de comunicação diferenciada, requerem atenção individualizada ou adaptações curriculares significativas, cerca de 70%⁶ vem sendo atendida em instituições especializadas.

Há responsabilidade assumida quanto ao atendimento educacional de uma parcela significativa dos alunos com necessidades educacionais especiais nas diferentes faixas etárias, a capacidade de organização pedagógica e administrativa para quebra de barreiras na busca de alternativas para os avanços educacionais, a ampla gama de conhecimento sobre educação que vem sendo construída por seus profissionais no decorrer dos últimos 50 anos de atividades no Estado do Paraná". (PARANÁ. 2018)

A escola especial, na qual as deficiência intelectual, física, visual, múltiplas, transtorno global de desenvolvimento TGD e surdez, destina-se a prestar serviço especializado de natureza educacional a alunos com necessidades especiais, providas de condições de comunicação ou sinalização diferenciadas dependendo do grau dos comprometimentos, possibilitando ter acesso ao currículo desenvolvido no ensino comum, mas de forma adaptada, para esses alunos que precisam de atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, flexibilizações e adaptações curriculares significativas

⁶ Dados da secretaria de educação do Paraná 2018 disponíveis em: www.educacao.pr.gov.br

quando necessárias, onde o currículo escolar desenvolvido deverá observar as diretrizes curriculares nacionais para a educação especial.

É importante destacar que cada aluno, independentemente de qualquer deficiência, tem um perfil único, com habilidades e dificuldades em determinadas áreas, no entanto, algumas características associadas à síndrome de Down merecem a atenção, como o aprendizado em um ritmo mais lento, a dificuldade de concentração e de gravar memórias de curto prazo.

Devemos ensinar a criança com Down estratégias para desenvolver a memória, sobretudo de curto prazo, para que possa aprender as regras gramaticais e, assim, aprender a falar. A medida que ensinamos a criança com Down a falar e a desenvolver a linguagem estamos ajudando a desenvolver sua inteligência. (GONZALES, 2007, p. 98).

E seguindo os preceitos constitucionais de que toda criança tem direito inalienável à educação, a política na área da educação pública no Brasil, onde incluímos os alunos com síndrome de Down e outros tipos de deficiências intelectuais na rede regular de ensino para que haja a inclusão escolar e pela mudança da antiga escola especial para escola de Educação Básica na Modalidade Especial.

No entanto, nem sempre esta camada da população foi valorizada, mas nota-se que esta prática é generalizada e não ocorre por discriminação, mas pela falta de políticas públicas neste sentido. As escolas brasileiras por meio de políticas públicas de educação têm se dedicado a corresponder às necessidades desta camada da população, e acreditamos que com a prática de novas políticas, poderemos contribuir para alcançarmos uma escola de qualidade para todos.

Se a escola de educação básica na modalidade especial, com as políticas de educação estão apenas engatinhando se mostrando um grande desafio. Ao mesmo tempo em que os alunos com síndrome de Down vão finalmente encontrando o seu espaço para avançar em sua educação, as escolas precisam se adequar a esta nova situação a fim de que todos tenhamos os mesmos direitos. E cada vez mais jovens com síndrome de Down concluem o Ensino Médio, EJA (Educação de jovens e adultos) e curso superior, com ou sem adaptações curriculares. Nesta dissertação apontamos

questões as quais damos atenção a políticas de educação desde a educação básica a qual é o início de todo processo educacional.

E trazendo a socialização no ambiente escolar e sua principal justificativa, a escola como espaço de socialização da cultura corporal, ocupa um importante lugar para as relações humanas, pois compreende a formação inicial da pessoa, colaborando na sua posição perante o mundo. Ao passo que as crianças e/ou adolescentes integrantes do espaço da escola, interagem socialmente, este fato, que ocorre nesta fase, auxilia os alunos na compreensão de si mesmos, construindo as bases para a convivência efetiva da cidadania.

Alinhado a visão do parágrafo, algumas das vivências específicas da área da Educação Física são as relações pessoais em seus grupos de amizade, os jogos e brincadeiras, que simulam a sociedade e a compreensão da vida em sociedade, com o respeito às diferenças e ao próximo. Nesta linha, a escola exerce um importante papel para a consolidação do processo de socialização, permitindo, dentre outras coisas, a formação de parte da identidade, a aquisição de hábitos de comportamento e a aprendizagem de valores morais e éticos que envolvem a sociedade.

Assim sendo, para que haja a socialização entre indivíduos e para uma boa adaptação ao contexto, é necessário a promoção de atividades, nas quais esteja presente o trabalho enfatizando atitudes e valores como respeito, partilha, cooperação, e ainda, não permitindo opiniões discriminativas e preconceituosas. É indispensável que, na escola sejam trabalhados estes aspectos para a formação e inclusão social do aluno, ou seja, para que o aluno possa desenvolver as aprendizagens favoráveis à convivência na sociedade.

Para isso, os profissionais de Educação Física, ao promoverem jogos e, atividades variadas que envolvam o corpo, busquem o desenvolvimento, sobretudo, da socialização entre as crianças. Deste modo, na escola são trabalhados comportamentos e valores sociais. Consideramos aqui que uma das funções da escola é proporcionar situações que possibilitem o aluno compreender a sociedade, permitindo-lhe uma boa integração e adaptação ao meio em que vive.

A Educação Física é uma disciplina que insere o aluno ao saber corporal por meio do movimento, para formar o cidadão que irá produzir, reproduzir e transformar, qualificando-o para aprender por meio dos jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas de aptidão física, e a partir deste saber corporal, este aluno, em proveito do exercício crítico dos direitos e deveres do cidadão, poderá contribuir para a construção da corporeidade de outrem e para o desenvolvimento da vida humana.

No que concerne à corporeidade, a Educação Física veio somar e contribuir nas escolas, tendo como um dos seus objetivos a de instruir e provocar o aluno a opinar e se posicionar criticamente em relação ao mundo, nas séries iniciais do ensino fundamental possibilita aos alunos terem, desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, o interesse em se envolver com as atividades e exercícios corporais, criando convivências harmoniosas e construtivas com o outro, sendo capazes de reconhecer e respeitar as características físicas e desempenho de si próprio e de outros colegas, não segregando e nem depreciando seus pares por qualidades, dificuldades e peculiaridades como, aspectos físicos, sexuais e ou sociais.

Destacando que quanto maior forem os estímulos de movimentos, melhor será o desenvolvimento das vivências do aluno. Proporcionando as crianças desde a mais tenra idade, atividades de estimulação são fundamentais, possibilitando-as sempre que possível.

O desenvolvimento de todo potencial motor, nada mais é do que a vivência, a experimentação, pois estará preparando novas conexões de movimentos, sequência que trará oportunidades para confrontar os desafios que a vida oferece durante toda a sua existência.

As experiências motoras vão determinar o conhecimento construído pelo aluno durante o período na escola, são determinantes para as experiências de aprendizagem. Neste ponto, buscam assegurar o aprender para todos, mesmo que cada aluno aprenda no seu tempo, esta expectativa é um parâmetro de formação da aprendizagem pretendida para os alunos, auxiliando na melhor forma para a aprendizagem da criança.

Na Educação Física escolar, o professor é o mediador entre o aluno e o processo de aprendizagem e as aulas de Educação Física são importantes em todos os seguimentos, como já abordado anteriormente, pois promove o desenvolvimento integral do aluno, a vida saudável, a socialização, o espírito de equipe. Os alunos participam das mais variadas experiências corporais para as quais são desafiados, nas quais a, significa entender que isso só é possível mediante experiências com os exercícios corporais.

Os alunos devem ser desafiados e exercitados a entenderem que estão construindo sua corporeidade quando estiverem se manifestando durante as aulas de Educação Física onde a vitória não pode ser a condição suprema para o divertimento, caso o for, as atividades não são lúdicas, não estão contribuindo para o processo de ensino/aprendizagem, o divertimento deve estar presente no jogo e não no seu final.

A Educação Física escolar evidencia a liberdade cognitiva e emocional dos estudantes para a aprendizagem, fator importante para que haja um ambiente de convívio onde o respeito e tolerância devem ser trabalhados, saber como se relacionar em grupo mostra um controle evolutivo de comportamentos, valores, normas e atitudes.

No desenvolvimento motor estão incluídos todos os aspectos do comportamento humano e, como resultado, pode ser separado em áreas, fases ou faixas etárias. Muito pode ser o ganho com os aprendizados do desenvolvimento motor em todas as idades e com a análise desse desenvolvimento como um processo contínuo que se inicia desde a concepção até a morte do indivíduo.

Desenvolvimento motor é o estudo das mudanças que ocorrem no comportamento motor humano durante as várias fases da vida, os processos que servem de base para essas mudanças e os fatores que os afetam, o desenvolvimento motor humano é compreendido nas quatro fases, fase motora reflexiva, fase motora rudimentar, fase motora fundamental e fase motora especializada, também no desenvolvimento motor está ligado às áreas cognitivas e afetivas do procedimento humano, sendo inspirado por diversos fatores, dentre eles destaca-se as questões ambientais, biológicos, familiares, dentre outros. (GALLAHUE, D.L.; DONNELLY, p. 76, 2008)

O desenvolvimento da capacidade de se movimentar é constante e perdura ao longo da vida, proporcionada pela comunicação entre as exigências motoras da tarefa, a biologia da pessoa juntamente com o contexto do ambiente.

Sob esta perspectiva temos:

a importância em torno do desenvolvimento motor ideal não deve ser minimizada ou considerada como secundária, sobretudo em relação a outras áreas do desenvolvimento. Esses estímulos podem contribuir para manutenção de uma vida ativa quando adulto, pois as habilidades motoras devem começar a serem trabalhadas desde a infância (MASSA; RÉ, 2010, s. p.).

Quanto ao desenvolvimento motor é a fase em que a criança se torna independente, pois com o movimento dos braços e das mãos ela manipula objetos e com o desenvolvimento do andar ela tem a possibilidade de exploração ampliada, assim aumentando a sua visão/experimentação de mundo. Esta importante mudança que ocorre no processo e comportamento sempre relacionado com a idade. Dando sequência e seguindo com a coerência da dissertação daremos ênfase e um aprofundamento à corporeidade, apresentando definições e significando a corporeidade.

3. CORPOREIDADE - DO CORPO DEFICIENTE AO CORPO DIFERENTE

O objetivo deste capítulo é apresentar a importância de se promover e desenvolver a corporeidade nas crianças com síndrome de Down e concomitantemente, a Educação Física neste processo de ensino/aprendizagem.

Trabalhando no contexto da cidade de Curitiba do estado do Paraná, na perspectiva da escola de educação básica na modalidade especial versaremos sobre a aquisição desta corporeidade.

Quando falamos em corporeidade, temos um conceito bem definido e desenhado pois se remete a pensar um corpo completo, total, sendo assim não separado em seus valores, éticos, estéticos, espirituais, físicos e sociais. Podemos definir a corporeidade como corpo natural colocando como essência do ser e o modo de ser no mundo, sendo corpo e organização do corpo e suas partes.

E na perspectiva de Macedo (2005)

O corpo não se constitui meramente num objeto ou conteúdo a ser explorado, mas antes a um sujeito humano, e a relação entre aquilo que se ensina e o que se aprende sobre o corpo na educação formal tem implicações na corporeidade dos indivíduos. Se estes indivíduos, de certa forma, são incitados a viverem seus corpos como “uma grande máquina humana”, em detrimento de suas experiências pessoais ou sociais, este processo acarretará também em influências e consequências para a formação das identidades (MACEDO, 2005, p.137).

A corporeidade como a relação interpessoal entre um corpo para com outro corpo e de um mesmo corpo com o meio em que vive, dentre vários aspectos, se insere no contexto do corpo em movimento, retomado pela idéia de que, por meio do movimento pode-se situar no mundo.

Conforme Vianna e Castilho (2002) a corporeidade define-se:

[...] estar atento à percepção do corpo dos alunos, saber estimular sua presença, estimular o aprendizado através do corpo. Porque o corpo é capaz de aprender tanto quanto de criar. Usar o corpo dos jovens pode ser uma bela maneira de estimular-lhes a liberdade e a criatividade, porém mais ainda – pode ser uma ferramenta muito eficaz para a transmissão dos conteúdos. (Vianna e Castilho (2002,) p. 27-28)

Corporeidade significa, portanto, caminhar na busca de uma educação que realce a afirmação de que o ser humano não aprende somente com sua inteligência, mas com seu corpo e suas vísceras, sua sensibilidade e imaginação.

E tendo como objetivo estimular o desenvolvimento corpo/mente da criança e principalmente despertar a criatividade no aluno, a mesma, a corporeidade, tem uma grande participação na aquisição do conhecimento, em que o mesmo conceito tem um significado para a criança durante a sua infância.

E durante a Educação Física, além dos esportes e jogos, atividades como danças, ginásticas e lutas trazem para a diversificação dos movimentos, exercícios, o que contribui para o autoconhecimento do corpo e de suas possibilidades.

Em Santin (1992, p. 51), “conhecer e reconhecer a corporeidade é a partir do humano, do homem”. Propondo neste momento do texto que só nos identificamos como homem a partir de outro. Quando ouvimos esta pronúncia, corporeidade, na realidade não ocorre, pois existem definições que separam o espiritual do corpo, o estético do corpo, o intelecto do corpo e assim por diante, o que nesta dissertação não o fazemos propomos a não fragmentação, procuramos unir o ser da forma mais completa.

As diferenças em definir e entender a corporeidade são o fato de que, os significados dados a corporeidade são em ocasiões da construção que se faz o corpo ao longo da existência humana.

Corporeidade como um derivado da palavra corpo que por sua vez significa a parte material dos seres animados, ou também, o organismo humano, oposto ao espírito.

Santin (1992) fala sobre:

A vivência e a experiência mostram que, em função de se privilegiar mais o intelecto e o físico, acaba-se por esquecer de relacionar a corporeidade com a realidade vivida por cada indivíduo, ou seja, basicamente o corpo é constituído a partir da razão e da técnica e não sobre os pilares valorosos das experiências e vivências de seres criativos e espontâneos no mundo e nas relações com este, (SANTIN, 1992, p, 52).

E para o profissional da área de Educação Física, dependendo do propósito seria importante preservar o fator humano pela linguagem corporal, podendo ser observado durante as atividades de Educação Física.

Sobre estas questões temos Peres (2009)

Tratando a copropriedade como essência do homem e natureza a próprias das expressões de ser e viver no mundo conseguir-se-á tornar mais valorosa a vida e, a educação física ficará mais necessária e presente dentro da escola. Assim, o mundo dentro de suas transformações talvez não ficará restrito somente a conceituar as coisas a partir da ciência e da técnica, mas estabelecerá através da corporeidade um diálogo entre o eu, o corpo e o meio onde se vive, ou seja, o cidadão conhecendo a si mesmo e se relacionando com a sociedade e participando dela de forma total, “vivendo e deixamos para os segundo e terceiro capítulos questões para um aprofundamento dentro da legislação e a relações sobre as políticas da educação nesta seara. (PERES, p. 04).

A corporeidade é um fato histórico da infinidade de gestos, expressões e movimentos que com o passar dos tempos o ser humano foi construindo e significando dando origens aos jogos, brincadeiras, danças, atividades esportivas, lutas e movimentos ginásticos.

O ato de aprender não se limita em apenas a executar mecanicamente os exercícios motores, mas se constitui em atividades relacionadas ao cotidiano, considerando que o aluno se apropria de conceitos básicos à medida em que age, observa e se relaciona com seus pares e com o mundo em si e nesta troca que se dá o aprendizado ou vivência da corporeidade que por sua vez está presente em cada momento vivenciado pelo aluno em busca da autoconfiança e adquirindo sua emancipação.

João Batista Freire (1991) ao tratar da corporeidade, escreve que:

O homem é um ser que aprende graças ao fato de ter nascido sabendo pouco. Seu inato é um inato que sabe aprender, não é um inato que precisa guiá-lo a cada gesto. Mas um inato que está presente em cada gesto. O homem abriu mão da segurança dos instintos da inteligência da espécie para viver por conta própria. O preço que paga por isso é ter que aprender a cada instante como viver. Mas conservou, sabidamente, um conhecimento já instalado que lhe serve como mecanismo para aprender cada instante de sua vida. (FREIRE, 1991 p. 50).

Os conhecimentos acerca dos processos que envolvem o trabalho corporal são fundamentais para o desenvolvimento global de qualquer

indivíduo, pois é por meio dela que os homens se comunicam com o mundo, com os seus pares e consigo mesmo, numa estreita integração entre corpo e mente.

Corporeidade é sentir a vida, vivenciá-la, experimentá-la, é viver a vida dentro de uma concepção de ser único, dentro do mundo, não apenas racionais.

À luz dessas ideias, o aluno com Síndrome de Down, dentro de uma perspectiva escolar, deve ser compreendido em um sentido unidimensional, que leve em consideração tanto a sua essência quanto a sua existência, já que o homem existe por meio de seu corpo e de suas relações com seus iguais e na medida em que este convívio se dá, neste caso, no cotidiano escolar.

As aulas de Educação Física podem propiciar os estímulos ao desenvolvimento da corporeidade deste aluno.

É nas vivências, durante as aulas de Educação Física, que os alunos tomam consciência do corpo e das possibilidades de movimentos corporais

Como base teórica temos a Constituição Federal de 1988 onde reconheceu o direito da criança à educação, e foi no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que houve a regulamentação por meio da lei 8.096/90. Em 1996, a educação infantil é caracterizada pela LDB como a primeira etapa de escolarização atendendo a crianças de 0 a 6 anos, porém, em 2013 com a lei 12.796, foi garantido o acesso à escolarização a partir dos 4 anos, o que nos baseia para a próxima fase, onde se encontram o nosso objeto de estudo, dada a importância de se começar cedo com a estimulação e escolarização das crianças com síndrome de Down.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como ser participante da história e que possui direitos, capaz de construir sua identidade pessoal e coletiva à medida que interage, brinca, imagina, aprende.

Assim, é necessário refletir sobre quais sentidos e significados devem compor a formação deste cidadão que é protagonista desde o início, pensar qual perspectiva de corpo e corporeidade se almeja para que se contemple esta dimensão de infância em sua plenitude à luz das novas diretrizes.

Na BNCC é apresentada cinco campos de experiência, políticas de educação que se conceitua na própria como arranjo curricular com o intuito de entrelaçar os saberes e experiências das crianças com os conhecimentos que constituem o patrimônio cultural da humanidade, tomando como eixos estruturantes as brincadeiras e as interações.

E diante da BNCC temos

Tais campos foram estruturados pensando em garantir à criança os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Um dos campos de experiências propostos é o denominado corpo, gestos e movimentos (BRASIL, 2017, p.2, 5).

Nestas políticas de educação, é salientado a união entre emoção, corpo e linguagem posto como espaço privilegiado, evidenciando a comunicação por meio de vivências com possibilidades de expressão da ludicidade, entretanto, a concepção apresentada também traz elementos de preocupação com o corpo enquanto parte do sujeito, compreendemos que o corpo compõe o humano como um todo, e, portanto, a corporeidade é a expressão da cultura possibilitada pelo movimento, que vai além da afetividade e da motricidade.

Sendo assim, a BNCC contempla as possibilidades diversas de práticas docentes que refletem sobre o corpo enquanto patrimônio histórico, social e cultural.

A corporeidade tendo um corpo pensante, que sente e toma decisões e se movimenta estimula nos alunos interesses, satisfações, criatividade, impulsiona, para desvendar e compreender este corpo como parte de sua existência, e que carecerá ser respeitado e cuidado.

A capacidade criativa de se entender o humano a partir da corporeidade, é um instrumento de trabalho do profissional de Educação Física e como tática de articulação para melhor planejamento e desenvolvimento de suas aulas nas escolas. Na atualidade a busca de um corpo esteticamente perfeito tem se mostrado um fator negativo e que requer olhar especial deste profissional que aponta para a importância de se encarar a complexidade do humano e necessidade de mudarmos nosso olhar para o aluno enquanto

agente passivo e dar a devida importância ao corpo na escola, pois o corpo é o local de vivências e todas as experiências captadas ao longo da vida.

A escola tem que promover segurança e confiança para os alunos com intuito de proporcionar uma melhor compreensão do corpo, que é específico ao papel do profissional de Educação Física, visto que este é mediador das ações e interações dos seus alunos para o crescimento, promovendo a construção da sua identidade. O corpo, é o meio de conhecimento e domínio e onde encontramos significado na forma de como lidamos com os movimentos vamos sempre nos basear pelos corpos dos outros. Por anos, o corpo foi ganhando mais espaço na vida das pessoas, seja por meio da mídia, dos estudos no ambiente escolar ou puramente pelas manipulações das mídias em se ter um corpo esteticamente perfeitos. A partir do momento que entendemos a corporeidade como sendo a unificação entre corpo e mente, passamos a acreditar que só é possível educar o ser humano quando desenvolvemos todos os âmbitos deste ser, ou seja, corpo e mente juntos.

Diante disso a Educação Física exerce um papel importante no desenvolvimento da corporeidade humana, responsável pelos estímulos responsáveis pelo desenvolvimento dos indivíduos os chamados movimentos e que devem ser trabalhados de maneira que o contemplem como uma unidade sem separações, que necessita adquirir e desenvolver esta corporeidade na intenção de fazer deste corpo manifestações físicas de vida. É na escola que este conhecimento cultural socialmente transmitido por gerações, de maneira viva e sem pausas. E o corpo é esse conhecimento e está presente não só nas aulas de Educação Física, mas também e todas as vivências em que se relaciona. Para tanto, o movimento, ou a cultura corporal do movimento faz parte do currículo da Educação Física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a necessidade de reflexões acerca da educação ao longo das diferentes perspectivas e contextos sócio-históricos, buscamos analisar as configurações em torno das propostas de políticas públicas de educação no entendimento da corporeidade, nas escolas de educação básica na modalidade especial, na cidade de Curitiba, Paraná com alunos com síndrome de Down.

A temática evidenciou a relevância social da pesquisa do objetivo geral e a intenção do estudo foi mostrar como funciona a escola de educação básica na modalidade especial, juntamente demonstrar a importância da Educação Física no alicerce da construção dos saberes em crianças com síndrome e Down por meio da corporeidade. Relembrando o objetivo geral da pesquisa, a dissertação buscou-se compreender a corporeidade, pela Educação Física, na escola de educação básica na modalidade especial para crianças com síndrome de Down a luz da literatura para a educação especial no estado do Paraná.

Este estudo foi aos fundamentos que alicerçam as escolas de educação básica na modalidade especial da cidade de Curitiba no estado Paraná, dada a visão que é diferenciada dos demais estados da federação. E diante disso concluímos que estamos em divergência com toda a política nacional, insistindo e indo de encontro para com desenvolvimento assegurado pelo estado, demonstrando nesse estudo que não faz sentido somente um estado da federação se manter na posição contrária em relação a inclusão escolar.

As análises dos movimentos educacionais de escola de educação básica na modalidade especial neste contexto nos revelam a importância de se construir a corporeidade, devendo ser proporcionado aos alunos a unificação das vivências envolvidas na aprendizagem com o corpo por meio da Educação Física. Fazemos esta ponte da construção da corporeidade por meio da Educação Física onde se manifesta como uma ferramenta que auxilia diretamente os alunos da educação especial no processo de aquisição do desenvolvimento humano.

As oportunidades de vivenciar atividades que auxiliam na construção da corporeidade dos alunos, possibilitam a estes a compreensão que o ser humano é corpo, que vive as experiências cotidianas na escola e as incorpora na medida em que tenham sentido e significado na vida desses sujeitos, ou como considera João Batista Freire (1994) uma “Educação de Corpo Inteiro”.

Figura 7 - Ser o corpo



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

Destacamos a importância desta discussão para a formulação de novas políticas públicas de educação, nas quais as orientações, sendo elas

curriculares ou não, repercutam nas diretrizes e metas a serem alcançadas pelas escolas de educação básica na modalidade especial, incluindo as relacionadas à questão da representação social do corpo. A maturidade das reflexões sobre essa temática trará benefícios para todos os setores envolvidos com educação principalmente para todo o “chão” da escola.

Desta maneira, este estudo se limitou a crianças com síndrome de Down, e, em sua cognição, conforme os autores pesquisados, estas crianças têm dificuldade no processamento das informações e principalmente em processos sequenciais, no entanto com as experiências manipulativas e visuais, há uma melhoria nas condições, diferente das repassadas de forma verbal, abstrata ou auditiva.

Com estas informações o professor pode proporcionar atividades e promover o reforço a fim de que haja a compreensão destas, durante as aulas de Educação Física, valorizando o aspecto visual do movimento, em demonstrações práticas, ao invés de apenas a explicação verbal, promovendo assim, a construção da corporeidade a partir da compreensão do movimento.

Desta maneira, este corpo, a partir deste trabalho, torna-se protagonista desta corporeidade, com possibilidades que, enquanto instância de movimento e de motricidade, se firma no mundo, corporeidade que quando tratada, nos leva a reflexão do ser sensível, criativo, comunicativo, interpretativo que expressa movimentando-se e em constante relação com o mundo e o mundo com ele, estabelecendo diálogos sem palavras, que promovem relações, entre o corpo, a alma, a mente, e, conseqüentemente o movimento e todo o contexto que o cerca.

Na corporeidade, as manifestações que se revelam por meio da motricidade, e é a Educação Física que relaciona uma com a outra e que deve, por seus objetivos, promover relações entre os corpos, com os objetos e com o mundo. É esta Educação Física que aqui discutimos se mostra o ponto de aproximação entre a educação de uma maneira geral e a educação dada do pelo movimento, devendo se sustentar como base para as políticas públicas de educação para que tenhamos uma educação que considera o corpo como estrutura múltipla de conhecimentos, devendo, portanto, ser educado de maneira plena.

Os documentos analisados nesta pesquisa trazem no seu bojo demonstrações de uma carência de debates maiores, com membros da escola básica e setores educacionais, onde a percepção no decorrer da pesquisa, que a não inclusão destes sujeitos importantes para a sociedade, certamente trazem atrasos para a educação do ponto de vista do estado o que concomitantemente com novas discussões e uma ampliação quanto ao número de reflexões sobre políticas públicas de educação nos trarão mudanças significativas em nosso cotidiano como educadores.

Corroborando e alinhando-se com os estudos de PIAIA, nos mostra que: [...] identificou-se nas produções nacionais que a escolarização ofertada em escolas de educação especial e/ou especializadas em nosso país, se limita aos anos iniciais do ensino fundamental. (PIAIA, 2018, p.104)

Se aumentarmos as discussões e reflexões em torno desta seara as melhorias não ficarão somente nas séries iniciais como nos mostra na tese de Piaia.

E no decorrer da construção desta dissertação, pudemos constatar que a inclusão de alunos da educação especial deve ser feita de forma a mudar a cultura da sociedade excludente, dando-lhes oportunidades iguais para estarem e se sentirem inseridos na sociedade tendo seus direitos assegurados as diferenças sendo respeitadas.

Diante do fato de que todo ser humano é diferente um do outro, e se segregamos estes alunos na escola, damos jugo a exclusão já existente, usando o artifício da garantia do direito de estar em uma escola que atenda suas necessidades.

A educação dos alunos da educação especial, teriam melhores resultados ao serem cumpridas as leis federais, bem como a dos demais estados da federação. E, para que a lei seja justa, mas, em um contraponto, desta discussão, não devemos diminuir a importância das escolas especiais como atendimento especializado, sendo utilizadas para contribuir na educação regular dos alunos com síndrome de Down, juntamente promovendo reflexões sobre a autonomia e a identidade social dos alunos dentro da nossa sociedade.

Uma opção para a implantação da Política Nacional para a Educação Especial em Curitiba, seria, discutir em âmbito municipal e estadual, este

modelo educacional do sistema público e das conveniadas, por meio das políticas e normativas do estado maior.

Figura 8 - Identidade social



Retirada do site, www.google.com.br, de domínio público

O importante no desenvolvimento da identidade social é fazer das ações e estimulações tratadas e exemplificadas nesta dissertação que, mostrando a importância que se comece desde muito cedo para que quando jovens e adultos se sintam parte deste todo em que vivemos, contribuindo e convivendo com a parte que lhe é de direito como cidadãos. Sejam estes direitos em qualquer âmbito de participação, exercendo seu papel social em qualquer contexto que possa aparecer nas suas vidas.

REFERÊNCIAS

- BERTINI JUNIOR, N.; TASSONI, E. C. M. A educação física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. vol.27 n.3, São Paulo, Jul/set., 2013.
- BONFIM, R. V. **Educação física adaptada**. Niterói. Faculdade de Educação/Pós Graduação “Lato Sensu”: Educação Especial - UFF Mimeo, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum, Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacional (PCN)**. Educação Física. Brasília, 1997. Disponível em/: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivo/pdf/livro07.pdf>. Acesso em 20 fev. 2022.
- BRASIL. **Constituição Federal**: República Federativa do Brasil 1989. <http://posocco.iusbrasil.com.br> acesso em 10/03/2022.
- BRASIL. **Constituição Federal**. (<http://www.planalto.gov.br/decreto>) acesso 05/02/23.
- BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- CANNING, C.D. PUESCHEL, S. M. **Expectativas de desenvolvimento: visão panorâmica**. In: PUESCHEL, S. M. (Org) **Síndrome de Down, guia para pais e educadores**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- FALKENBACH, A. P. **A Educação Física na Escola: uma experiência como professor**. Lajeado, UNIVATES, 2002.
- FREIRE, J. B. **De Corpo e Alma o Discurso da Motricidade**. São Paulo: Summus, 1991.
- FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro teoria e pratica da educação física**. Scipione, 1989.
- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- GALAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2005.
- GALLAHUE, D.L.; DONNELLY, F.C. **Educação Física Desenvolvimentista para Todas as Crianças** (4a ed.). São Paulo - SP, 2008.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira.** 2004.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação.** Campinas: Papyrus, 1994.

GONÇALVES, M. A. S. **Corporeidade e educação.** Campinas: Papyrus, 1994.

GONZALES, E., **Necessidades Educacionais Específicas intervenção psicoeducacional.** Artmed, 2007.

GRESPLAN M. R., **Educação Física no Ensino Fundamental Primeiro Ciclo:** Papyrus, 2002.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 3ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, G. S. de M. **Algumas concepções de educação do deficiente.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, 2004.

KREBS, R. J. **A educação física que eles merecem.** Rio de Janeiro: FAE, Brasília: SEED, 1984.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar.** Traduzido por Jeni Wolff. Porto Alegre: Artmed, 1987.

MAYER, A. M. M. Definições de corporeidade. Texto criado para integrar o conteúdo da disciplina **"Introdução ao Estudo da Corporeidade"** 2006.

MACEDO, E. **Esse corpo das ciências é o meu?** In: AMORIM, A. C. et al Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: Eduff, 2005. p.131-140.

MATARUNA, L. **Imagem Corporal: Noções e definições.** Revista Digital-Buenos Aires, ano 10 n. 71, abril, 2004. Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 06/02/22 as: 15:31.

MASSA, M.; RÉ, A. H. **Características de crescimento e desenvolvimento.** In L. R. Silva (Ed.), Desempenho esportivo: Treinamento com crianças e adolescentes. (2ª ed., pp. 71-108). São Paulo, Phorte, 2010.

MATURANA, H. e PEZEPKA, S. N. **Formación Humana e Competición.** Santiago- Chile 1995.

MATTOS M. G., NEIRA M. G. **Educação Física Infantil Construindo o Movimento na Escola.** Phorte, 2008.

MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; TANI, G.; PROENÇA, J. E. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EUP, 1988.

MELO, Douglas Christian Ferrari de; SILVA, João Henrique. **Trajetórias escolares de pessoas com deficiências na educação básica: qual lugar da Educação Especial?** Revista Iberoamericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 948-965, maio 2020.

MOLINA S. G., e ARRAIZ A. P., **Processo e estratégias cognitivas em crianças com deficiência mental**. Santiago: Pirâmide, 1993.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribui PINA, L. D. O paradigma da inclusão e a educação moral na sociedade capitalista em crise: repercussões na produção teórica da educação física**. Anais do VI colóquio internacional Marx e Engels, educação, marxismo e socialismo, 2009.

MOREIRA, W. W.; VIRTUOSO J. J. S.; BARBOSA N. O. y SIMÕES, R. M. R. **Educação física, esporte, saúde e educação**. Uberaba/MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010

NEGRINE, A. **O ensino da educação física**. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Globo, 1983.

NÓBREGA, T. P. da. **Fenomenologia da educação**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

ORNELAS, M., SOUZA, C. **A Contribuição do Profissional de Educação Física na Estimulação Essencial em Crianças com Síndrome de Down**. Revista da Educação Física/UEM – Maringá/PR – 2001. Disponível em: (<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/reveducfis/article/view/3779>)

PERES, L. S. **Corporeidade e sua relação com a Educação Física: Um Breve resgate Histórico para Entendimento**. Caderno de Educação Física, 2009.

PARANÁ. **diadiaeducação**. Disponível em: www.educacao.pr.gov.br Acesso em: 20. Julho, 2018.

PIAIA, T. M. **ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DA PROPOSTA DE ESCOLARIZAÇÃO**, Tese de Doutorado. UFSCAR 2021.

SANTIN, S. **A biomecânica entre a vida e a máquina: Um acesso filosófico**. Ijuí: Unijuí, 1987.

SANTIN, S. **A biomecânica entre a vida e a máquina: um acesso filosófico.** Ijuí: Unijuí, 1996.

SANTIN, S. **Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade.** 2ª ed. Ijuí/RS: Unijuí, 2003.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia 44º edição.** Autores Associados, 2021.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SIÈCOLA, M. **Legislação Educacional.** IESDE BRASIL S/A 2016.

TOSCANO, M. **Teoria da educação física brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo: um livro sobre o portador de Síndrome de Down.** São Paulo, SP: Moderna, 1992.

VIANNA, Angel; CASTILHO, Jacyan. **Percebendo o corpo.** In: GARCIA, Regina Leite (org.). **O corpo que fala dentro e fora da Escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.